

TITULO DEL LIBRO

A educação inclusiva em África. O caso de Cabo Verde

Autores:

Carlos Lopes da Graça

José M^a Fernández Batanero

Índice

a.-Marco e Origem do estudo.	5
b.-Propósito da Investigação.	9
1.-Introdução.	15
2.-Enquadramento de Cabo Verde.	21
2.1.-Caracterização de Cabo Verde.	23
2.2.-Sistema de Ensino em Cabo Verde.	26
2.3.-Histórico de Atendimento dos alunos com Necessidades Especiais no Sistema Educativo de Cabo Verde.	34
2.4.-Iniciativas, que pelo papel desempenhado na evolução da educação especial, merecem um destaque.	35
2.5.-Factores de Risco para a Inclusão em Cabo Verde.	36
2.6.-Risco e Resiliência.	39
3.-Bases Para a Introdução do Modelo Inclusivo.	
3.1.-Princípios Básicos da Educação.	43
3.2. Medidas Legislativas.	45
3.3.-Os Meios.	48
3.4.-Os Meios Humanos.	48
3.5.-Meios Bibliográficos.	52
3.6.-Meios Financeiros.	53
3.7.-O Prestígio da educação inclusiva.	55
3.8.-Papel da Educação Especial.	56
4.-Metodologia.	59
4.1.-Estudo Quantitativo.	59
4.1.1.-Resumo do Estudo e Hipóteses.	59
4.1.2.-Objectivos.	63
4.2.-Estudo Qualitativo.	65
4.2.1.-Resumo do Estudo e Questões de Investigação.	65
4.2.2.-Objectivos.	66
4.3.- Seleção do problema.	67
4.4.-Seleção, determinação, composição e tamanho dos grupos focais.	68

4.5.-Descrição dos grupos constituídos	68
4.6.-Recolha de dados.	68
4.7.-Ferramenta para recolha de dados.	69
4.8.-Forma de análise de dados.	74
5.-Discussão.	77
6.-Conclusões e Implicações.	81
7.-Convergências e Divergências entre Estudos	85
8.-Recomendações	87
9.-Proposta de Trabalho Futuro.	89
10.-Implicações no âmbito da Prevenção de Comportamentos que Comprometem a Inclusão.	91
Bibliografia.	95

a.-Marco e Origem do estudo.

Esta investigação procura, por um lado, estudar os problemas passíveis de emergir no âmbito do percurso sócio - escolar, formativo e da transição para a vida activa adulta, associado a pessoas “com Necessidades Especiais, bem como as práticas reguladoras a que a sociedade tem-se recorrido, ao longo dos tempos, face a essas pessoas, com ênfase no modelo inclusivo, que consideramos a Utopia necessária a esta época de inovação e mudanças que atravessamos actualmente.

Por outro lado, tem como intuito, apontar soluções mais assertivas a nível das comunidades educativas e outros sistemas sociais, numa tentativa de contribuir no sentido da promoção da inclusão de pessoas portadoras de Necessidades Especiais nos referidos sistemas sociais, particularmente para o caso de Cabo Verde, onde impera a segregação e/ou exclusão dessa população.

Procurará principalmente debruçar-se sobre a inclusão/exclusão sócio - escolar de pessoas portadoras de Necessidades Especiais, bem como nos comportamentos de riscos passíveis de emergir e/ou intensificar na população infanto-juvenil em situação de insucesso, abandono escolar e exclusão social.

Em relação aos alunos com Necessidades Educativas Especiais, não pusemos qualquer condição, mas é óbvio, que o facto de estarem ou terem frequentado escolas e classes regulares é já em si um factor de inclusão, muito embora, geralmente sem respeitar a maioria dos princípios estipulados na “Declaração de Salamanca”, Conferência Internacional sobre Portadores de Necessidades Educativas Especiais (NEE), o que segundo os especialistas desta linha de raciocínio, constitui um acto irresponsável.

Assim, considerando que, são praticamente excluídas logo à partida os graus mais severos desta problemática, a escolha do Tema Inclusão deve-se aos seguintes aspectos:

- É uma das problemáticas com maior prevalência, nos sistemas educativos, e consequentemente nas sociedades, logo é uma séria preocupação para as sociedades em geral e para os respectivos docentes em particular, que tentam dar resposta, muitas vezes mal sucedidas, às problemáticas relacionadas com as Necessidades Especiais que afectam a população discente;

- Como docente, Psicopedagogo e Doutorando nesta linha de raciocínio, sempre tive um fascínio em relação ao trabalho com estas pessoas e uma atracção pela personalidade típica das crianças, adolescentes e jovens adultos, afectados por esta problemática;

- Inexistência, no nosso país, de trabalhos de investigação que liguem determinadas NEE (Perturbações Emocionais, Défice de Atenção com ou sem Hiperactividade, Dificuldades de Aprendizagem, entre outras) às drásticas consequências do fracasso nos processos de transição para a vida activa, nomeadamente a prostituição infantil, abandono familiar, patologias mentais, violência, delinquência e intensificação do consumo de substâncias psico-activas;

Para além de estudar as lacunas no âmbito do atendimento educativo às crianças com Necessidades Especiais e, na sequência, as problemáticas passíveis de emergir perante o insucesso e após o abandono escolar nesta população, com este trabalho propõe-se, também, dar voz a estas pessoas, a estes estudantes com dificuldades extremas no processo de aquisição de aprendizagens, que muitas vezes acabam por optar pelo consumo de substâncias psico-activas ou pela

delinquência/violência, colocando em causa os plenos direitos à cidadania, à opinião, participação, consulta e audição a que tem direito.

Preocupamo-nos em dar voz a estas pessoas, e respectivos familiares, porque pensamos que desta auscultação resultará uma melhor compreensão dos processos de Inclusão Sócio - escolar, isto é, da problemática da colocação de crianças de condições especiais nas escolas e classes regulares, bem como de outros direitos, não menos importantes para estas crianças.

b.-Propósito da Investigação.

Muitos alunos hoje, e segundo as tendências apontadas em diversos estudos muito mais no futuro, que carecem de um apoio específico durante o seu percurso escolar que tenha em conta as suas necessidades e interesses, culminam no abandono escolar, podendo colocar-se numa situação de risco para a saúde, com as drásticas consequências atrás referidas Bandura, (1997), Correia, (1999), Will (1986, Citado em Correia 1999), Nielsen, (1999) & Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). Uma questão que se destaca neste cenário é a origem deste insucesso/abandono. Enquanto anteriormente as causas do insucesso e abandono escolar estavam associados a preguiça e incapacidades por parte do aluno. Hoje essas estão essencialmente associadas a inadequação dos sistemas educativas a essa população alvo (Correia, 1999).

O modelo de atendimento educativo, o currículo e os recursos humanos e materiais utilizados não têm cumprido de facto, em pleno, o seu papel como determinantes cruciais para o sucesso, insucesso, abandono, risco e resiliência.

A ideia desta tese nasceu neste contexto, a partir de um trabalho que eu próprio venho realizando desde 1997 sobre a problemática de alunos com dificuldades no processo de aquisição de aprendizagem. Preocupado com o sofrimento humano nas suas mais variadas formas, nesta perspectiva, tive por diversas vezes ocasião de debater o tema da inclusão junto de professores, psicólogos, sociólogos, psiquiatras, psicopedagogos, médicos, pais/encarregados de educação etc., que denominamos, aliás muito justamente, de grandes actores da comunidade educativa. No decurso destes debates, uma questão simples e central acabou por se impor, ao ponto de se transformar, na medida do possível, no assunto

principal das minhas intervenções, não obstante as inúmeras barreiras e carências constatadas neste âmbito: porque é que a Inclusão tem hoje tanto sucesso?

Com a Universidade Jean Piaget, IESIG (Instituto de Estudos Superiores Isidoro da Graça), Universidade de Cabo Verde, Escolas Secundárias Jorge Barbosa, Willy Lda. e Salesiana de Artes e Ofícios e ainda, na minha clínica privada, tinha já trabalhado sobre esse tema, mas era preciso, aparentemente, ir mais longe, pois o mesmo encontrava um verdadeiro eco junto da comunidade educativa, aos olhos de quem essa questão parecia colocar-se com acuidade.

Através das pesquisas bibliográficas, constatou-se que o que hoje se entende por «Inclusão», parecia, com efeito, ter ganho raízes no período imediato a um movimento chamado de “Regular Education Initiative (REI)” (Iniciativa da Educação Regular/ou Iniciativa Global de Educação, que surgiu na sequência de um discurso realizado em 1986 no âmbito do qual Madeleine Will, a então Secretária de Estado para a Educação Especial do Departamento de Educação dos EUA (Citado em Correia, 1999), apelava para uma mudança radical no que dizia respeito ao atendimento das crianças com NEE e em “risco educacional”.

Induzido ao mesmo tempo pelo que essa e outras fontes me indicavam de maneira insistente e também pelas questões colocadas por um público que eu sentia extremamente ambivalente perante a “Inclusão” tive de render - me as evidências: o que se impunha sob essa etiqueta imprecisa aparecia realmente como uma nova utopia.

De facto a inclusão é um modelo “utópico” não só a nível nacional, com também a nível internacional, uma vez que não é, nunca foi, e nunca será possível incluir todos, na medida em que, mesmo nos sistemas

educativos mais evoluídos sempre tem havido determinados indivíduos que se revelaram como sendo impossíveis de se incluir nos respectivos sistemas sociais, nomeadamente os sem abrigos, pessoas com graves patologias físicas e/ou mentais, delinquentes extremamente perigosos etc.

A leitura dos textos da Declaração de Salamanca que, desde 1994 elucidaram-nos acerca da relevância dos seus fundamentos da Inclusão e apontava em simultâneo as razões da sua formulação, bem como alguns aspectos essenciais da nossa modernidade ocorridos nos finais do século XX, nesta linha de raciocínio, possibilita, de facto, que a tese defendida aqui seja considerada nova pertinente e actual. Ninguém ou quase ninguém é preciso dizê-lo, tinha estabelecido essas conexões entre a crise profunda do século XX, de que as duas grandes guerras mundiais são expressão mais visível, e o aparecimento e posterior sucesso da nova utopia da Inclusão, que é constituída da nossa modernidade, como principal aposta para a prevenção e/ou reabilitação de determinados indivíduos vítimas e/ou em risco da adopção das mais variadas formas de comportamentos anti-sociais.

Neste contexto, a presente tese de Doutoramento em Ciências da Educação (Didáctica e Organização de Instituições Educativas) Especialidade de Educação Especial e Atenção à Diversidades, analisa a pertinência da implementação do Modelo de Educação Inclusiva nos Sistemas Educativos, como forma de prevenir a exclusão de jovens dos sistemas sociais, em detrimento da Educação homogénea vigente no respectivo Sistema de Ensino, cada vez mais geradora de insucesso/ versus abandono escolar, tendo em conta a contribuição de diversos autores, professores, instituições, escolas e comunidades educativas em geral bem como o estado, todos unidos no anseio de

promover um ensino de qualidade que inclui todos os alunos independentemente das suas Diferenças, Deficiências, Desvantagens ou Handicap's.

Nesta perspectiva, esta investigação dá atenção particular ao caso de Cabo Verde, um pequeno estado insular, em desenvolvimento, que integra a macaronésia, e cuja população é uma das mais transacionalizadas do mundo, pela sua génese e como consequência de antiga e forte emigração para todas as regiões onde a vida humana tem sido possível.

O Sistema Educativo de Cabo Verde, bem como, o impacto do respectivo modelo de educação nos alunos com Necessidades Especiais, o corpo docente, e os alunos, a escola respectivos recursos e restantes actores e instituições da comunidade educativa são analisados com a intenção de descobrir o atendimento educativo mais adequado para cada aluno, com ênfase nos alunos de Condições Especiais que frequentam este Sistema Educativo.

Este Trabalho aborda também o Objecto e o Objectivo da Investigação, a pertinência da problemática no mundo contemporâneo e as razões da escolha do tema. As motivações e a reflexão parecerão justificadas quando forem relacionadas com as expectativas jurídicas e as aspirações educacionais e sociais de Cabo Verde.

A metodologia e os fundamentos metodológicos do trabalho são definidos e apresentados como ferramentas com a intenção de desencadear pensamentos e acção que melhora a realidade complexa, com recursos a pressupostos teóricos interdisciplinares, fontes de informação documentais e contributos implícitos.

Aqui se apresenta igualmente a estrutura da tese, os conceitos relevantes, a síntese dos resultados da

investigação e as limitações do estudo enquanto suporte teórico da elaboração de um modelo paradigmático de um sistema de ensino à diversidade, da população discente, para contribuir de forma eficaz e consistente para a inclusão e afirmação identitária das pessoas Portadoras de N.E.E. e problemas de saúde, nas respectivas sociedades, particularmente na sociedade Cabo-Verdiana.

Este trabalho tem como tema principal a “Educação em Cabo Verde: A Utopia da Inclusão”. O tema da inclusão é particularmente oportuno: a Declaração de Salamanca da (UNESCO, de 1994), apelou aos governos nacionais para que adoptassem o princípio da educação inclusiva para todas as crianças, inclusive aquelas com N.E.E. severas.

Ao debruçar-se e reflectir-se sobre o tema proposto, constatamos que a ausência de recursos económicos, didácticos, materiais e humanos adequados para a intervenção na área da Educação Especial e problemas de saúde, em Cabo Verde, é um facto que coloca os nossos alunos com NEE em situação de Risco.

O estudo de prevalência das NEE e Problemas de Saúde que efectuei, a pedido da Delegação Escolar de São Vicente, na escola Salesiana de Artes e Ofícios, que passamos a apresentar através do seguinte quadro, confirma a necessidade de reformular o Modelo de Atendimento Educativo vigente no nosso Sistema Educativo, na medida em que não considera as diversidades existentes no seio da População Discente, com drásticas consequências para as crianças Portadoras de NEE e respectivos familiares.

Para combater de forma eficaz esta problemática, a prevenção primária tem-se revelado como melhor caminho a seguir. Isto significa que é preciso intervir na infância para possibilitar o futuro adolescente/Adulto gerir da melhor forma as mudanças que se processam

nesta fase: alterações físicas; sentimento ilusório do poder sobre a vida e os seus riscos, etc. (nesta etapa da vida, nada parece arriscado!). Caso contrário o processo de transição para a vida activa adulta fica comprometido, tendo em conta que o mundo do emprego é sempre uma questão fulcral para qualquer indivíduo, ainda mais para pessoas com Necessidades especiais, pois estes defrontam-se com os mesmos interesses, necessidades, sentimentos e preocupações tal como é normal nos seus pares sem NEE.

Assim, interessa-nos identificar os factores que estão implicados na exclusão sócio - escolar dos “jovens”, para reflectirmos acerca das estratégias mais assertivas para motivá-los no sentido da inclusão Sócio - escolar, e na sequência, no trabalho que escolheram ou que, á luz do que se defende actualmente, deveriam ter escolhido. A partir da opinião destes eixo alunos, que por sinal, são de alguma forma Portadores de Necessidades Especiais, pretendemos, igualmente, identificar a origem do insucesso/abandono escolar, bem como dos comportamentos que desencadeiam comprometimentos nos métodos de transição para a vida activa adulta.

Com esta investigação procuramos, também, responder, a partir das experiências desta população infanto-juvenil, a algumas questões fulcrais, neste âmbito.

1.-Introdução.

A massificação do ensino e o alargamento da escola obrigatória trouxeram para o sistema educativo novos e mais diversificados públicos. E esta heterogeneidade é portadora de novas potencialidades, mas também de novos problemas.

Muitos alunos hoje, e segundo as tendências apontadas em diversos estudos muito mais no futuro, que carecem de um apoio específico durante o seu percurso escolar que tenha em conta as suas necessidades e interesses são vítimas do insucesso/abandono escolar, acabando por adoptar comportamentos de risco que desencadeiam a exclusão, Bautista (1997), Correia (1999), Will (1986), Nielsen (1999); Declaração de Salamanca, (UNESCO, 1994).

Neste contexto, a organização e a gestão escolar tornaram-se mais complexas exigindo novas formas de interacção e outras exigências e competências. Por seu lado, as mudanças sociais inerentes as mudanças tecnológicas e à organização do trabalho geraram modos diferentes de organização familiar que implicam novas expectativas face à escola e aos professores.

Nesta Perspectiva, o sucesso/insucesso escolar passa na sociedade contemporânea a ter um significado novo na medida em que manifesta o sucesso/insucesso social: daí a preocupação com os resultados sentida por pais, alunos, professores e pela sociedade em geral. Uma questão que se destaca neste cenário é a origem deste insucesso. Enquanto anteriormente as causas do insucesso e abandono escolar estavam associados a preguiça e incapacidades por parte do aluno, hoje essas estão essencialmente associadas a inadequação dos sistemas educativas a essa população alvo (Correia, 1999).

O modelo de atendimento educativo, o currículo e os recursos humanos e materiais utilizados são, considerados então, determinantes cruciais para o sucesso, insucesso, abandono, risco e resiliência, a todos os níveis.

Promover um sistema sócio - educação que permita educar todos os alunos nas escolas regulares, formando pessoas ajustadas socialmente e com possibilidades de vir a alcançar o sucesso a nível pessoal, familiar, social e profissional, é, desde há cerca de duas décadas, o objectivo dos países que acreditam que é possível responder às suas necessidades tendo em conta as diferenças que os caracterizam. Cabo Verde, um destes países, que ao contrário de Portugal, o respectivo país de referência, não subscreveu e nem está preparada ainda para subscrever o movimento da inclusão, pelo que não aderiu aos princípios consignados na Declaração de Salamanca, Conferência Mundial sobre necessidades Educativas Especiais (UNESCO, 1994), que foi reformulada 10 anos mais tarde (2004). Não tem sabido aderir a esse objectivo, antes pelo contrário, tal com Portugal, caiu numa ratoeira, enveredando por um discurso retórico em detrimento da ciência, alimentandose reformas sedimentadas em ideias ocas que levam a decisões simplistas, e quantas vezes infundadas, estando os resultados à vista de todos Correia (2007).

A presente tese de Doutoramento em Ciências da Educação (Didáctica e Organização de Instituições Educativas) Especialidade de Educação Especial, analisa os problemas que afligem as pessoas com necessidades especiais, numa tentativa de apontar soluções para minimizar o sofrimento humano nas suas mais variadas formas. Por outro lado, este trabalho analisa a pertinência da implementação do Modelo de Educação Inclusiva no Sistema Educativo de Cabo

Verde, em detrimento da Educação homogénea vigente, desencadeadora de insucesso/ versus abandono escolar e de comportamentos anti-sociais nos alunos com determinadas necessidades de especiais, tendo em conta a possibilidade da contribuição de diversos autores, professores, instituições, escolas e comunidades educativas em geral, todos unidos no anseio de promover um ensino de qualidade que inclui todos e promove o sucesso na transição para a vida activa adulta.

Esta investigação dá atenção particular ao caso de Cabo Verde, um pequeno estado insular, em desenvolvimento, que integra a macaronésia e cuja população é uma das mais transacionalizadas do mundo, pela sua génese e como consequência de antiga e forte emigração para todas as regiões onde a vida humana tem sido possível.

Nesta sequência, o Sistema Educativo e respectivo modelo de educação vigente, o corpo docente, e os alunos Portadores de NEE e Problemas de Saúde a todos os níveis, a escola respectivos recursos e restantes actores e instituições da comunidade educativa são analisados com a intenção de descobrir o atendimento educativo mais adequado para os alunos de Condições Especiais no Sistema Educativo de Cabo Verde.

Desta forma, esta “introdução Geral” espelha a situação do conhecimento actual, em função da reflexão e da informação disponível, acerca do desfasamento entre as necessidades especiais de que alguns alunos são portadores e o modelo de educação Homogéneo, que por sinal não contempla a heterogeneidade da população discente, o que amplia drasticamente os níveis de insucesso escolar destes alunos, culminando no aumento de alunos que abandonam a escola, com drásticas consequências para a comunidade cabo-verdiana (Abandono Físico e Afectivo, Prostituição

Juvenil, intensificação do Consumo de Substâncias, Violência e Delinquência Juvenil, entre outros).

Aborda também o Objecto e o Objectivo da Investigação, a pertinência da problemática no mundo contemporâneo e as razões da escolha do tema. As motivações e a reflexão parecerão justificadas quando forem relacionadas com as expectativas jurídicas e as aspirações educacionais e sociais de Cabo Verde.

A metodologia e os fundamentos metodológicos do trabalho são definidos e apresentados como ferramentas com a intenção de desencadear pensamentos e acção que melhora a realidade complexa, com recursos a pressupostos teóricos interdisciplinares, fontes de informação documentais e contributos implícitos.

Aqui se apresentam igualmente a estrutura da tese, o plano de trabalho, os conceitos relevantes, a síntese dos resultados da investigação e as limitações, as convergências e divergências dos dois estudos utilizados, as recomendações, propostas de trabalho futuro e as implicações na promoção dos direitos humanos, enquanto suporte teórico da elaboração de um modelo paradigmático de um sistema de ensino à diversidade da população discente para contribuir de forma eficaz e consistente para a inclusão e afirmação identitária das pessoas Portadoras de Necessidades Especiais nas respectivas sociedades.

Esta tese tem como tema principal a Utopia da Inclusão. O tema da inclusão é particularmente oportuno: a Declaração de Salamanca da UNESCO, de 1994, apelou aos governos nacionais para que adoptassem o princípio da educação inclusiva para todas as crianças, inclusive aquelas com N.E.E. severas.

A experiência adquirida como profissional da área da

investigação e docência, e no âmbito do atendimento Psicopedagógico, junto de crianças adolescentes e jovens com Necessidades Educativas Especiais, em fase de socialização escolar tem-me despertado interesse em estudar a aplicabilidade da formação adquirida no confronto com a realidade que os envolve. Neste contexto, tendo em conta que muitos alunos, para além de necessitar de atendimento educativo ajustado as suas necessidades, carecem de outro nível de atendimento, nomeadamente de atendimento a nível de saúde, como é o caso de alunos com problemas cardiovasculares, ou com asma, optamos por introduzir um novo conceito, mais abrangente e mais inclusivo que o de Necessidades Educativas Especiais (NEE). Trata-se do conceito de Necessidades de Atendimentos Especiais, que para além das Necessidades Educativas Especiais, engloba também as Necessidades de Atendimento Especial a nível de saúde física, psico-social e espiritual.

O mundo académico é sempre uma questão fulcral para o futuro ajustamento social, profissional e familiar de qualquer indivíduo, mais ainda para pessoas com NAE pois estes defrontam-se com os mesmos interesses, necessidades, sentimentos e preocupações tal como é normal nos seus pares sem problemas. A escolha do tema inclusão deve-se ao facto de existirem, no nosso país, poucos trabalhos de investigação que liguem este tema ao abandono e aos comportamentos anti-sociais, e ao fracasso nos processos de transição para a vida activa. Este trabalho propõe, também, dar voz as pessoas com Necessidades Especiais e respectivas famílias - consequentemente pessoas com plenos direitos à cidadania, à opinião, participação, consulta e audição, o que quase não tem sido feito em projectos desta índole. Desta auscultação resultará assim, uma melhor compreensão dos factores implicados nesse processo que deve culminar no ajustamento social e possibilidade de sucesso a todos

os níveis para todos.

Com esta investigação procura-se também responder, a partir da experiência de alunos/eixo alunos portadores de determinadas Necessidades Especiais, com insucesso ou que abandonam a escola e adoptam comportamentos anti-sociais, a algumas questões fulcrais colocadas pelos seus comportamentos risco.

Face ao panorama cabo-verdiano pouco animador urge intervir. Apesar de em Cabo Verde, terem-se registado alterações benéficas, com a incrementação da Formação de algumas pessoas com deficiência visual, apoiadas pelo Ministério de Educação e pela Associação dos Deficientes Visuais (ADEF), entre outras entidades competentes, ainda se verificam muitas falhas. Entre as lacunas mais evidentes citamos os estereótipos por parte da sociedade CaboVerdiana, a falta de coordenação, políticas passivas, estratégias pouco claras e medidas pouco ou nada flexíveis.

2.-Enquadramento de Cabo Verde.

A Inclusão é um modelo bastante dispendioso e depende fundamentalmente da prevalência e Incidência das diferentes NAE passíveis de afectar a população discente, pelo que, existem várias modalidades em atendimento educativo neste âmbito. Para implementar a Educação Inclusiva de forma assertiva num determinado país, é necessário sobretudo, conhecer previamente a realidade do país. Desta forma, por esta razão, e também porque estudo na Europa e faço investigação em Cabo Verde, é de todo interesse fazermos o enquadramento, que passamos a apresentar:

Segundo Almeida (2003) existe uma terrível lenda, que determina tudo o que é Cabo Verde, desde sempre um país muito pobre. De acordo com esta lenda, depois de criar tudo o que existe na terra, e de fazer a distribuição de todos os bens com que decidira beneficiar cada país, Deus deixou escapar-lhe das mãos encardidas partículas, que foram alojar na costa ocidental da África, formando pequenas ilhas mais tarde baptizadas com o nome de Cabo Verde.

Infelizmente já não havia nada com que dotar esse novo lugar. Todavia, Deus não se preocupou muito com este imprevisto, alegando que se calhar ninguém teria coragem de habitar essas rochas que por culpa do acaso deveriam ficar para sempre desertas. De facto, excepto uma ou outra visita pontual, tudo leva a crer que as ilhas ficaram desertas e abandonadas até cerca do século XV.

Nesta sequência, os curiosos marinheiros do infante D. Henrique, cismados em conhecer os berços onde nasce o dia, desataram a descobrir novos mundos que ao mundo foram mostrando à medida que com eles se cruzavam nas suas rotas.

Nesta sequência, passeando por mares nunca antes navegados, cerca de 1460 um qualquer seu escudeiro avistou ou tropeçou com o ainda desabitado arquipélago a que chamou de ilhas de Cabo Verde, começando a colonizá-las por intermédio de Capitánias Hereditárias 2 anos mais tarde, trazendo escravos africanos para plantar algodão, árvores de fruto e cana-de-açúcar.



A Etnia diferenciada explícita em Crianças típicas de Cabo-Verdiana

Cabo Verde tornou-se um país independente em 1975 e hoje é uma república democrática onde o presidente e a assembleia são eleitos por sufrágio directo.

Actualmente o país está dividido em 17 concelhos, sendo os mais importantes a Praia (a capital) e de São Vicente (o de maior expressão cultural). O solo é constituído por montanhas escarpadas coberto de cinzas vulcânicas, pouca vegetação cresce nas ilhas. O clima é quente e seco com médias anuais de 20º/25ºC e em Janeiro e Fevereiro sofre a acção das tempestades de areia oriundas do Sara.

Como é óbvio as ilhas têm pouco recurso e são afectados pela seca. A agricultura é prejudicada pela

falta de chuvas regulares e está restrita a apenas 4 ilhas. OPNB é produzido, na sua maior parte, pelo sector terciário, ou seja, pelos serviços.

Todavia, Cabo Verde detém grande cooperação económica com Portugal que resultou na integração da sua moeda, ao Euro, e no crescimento da sua economia interna. O ex. Primeiro-ministro de Portugal, José Durão Barroso, e actual (2º semestre de 2004) presidente da comissão Europeia, prometeu, e está conseguindo, integrar Cabo Verde à área de influência da União Europeia, através de melhor cooperação com Portugal.

2.1.-Caracterização de Cabo Verde.

Cabo Verde é um país africano constituído por um arquipélago com 10 ilhas grandes e 5 bem menores, de origem vulcânica, localizado no Oceano Atlântico, mais precisamente na costa ocidental da África a 640 km a oeste de Dakar, Senegal. Outros vizinhos próximos do país são a Mauritânia, a Gâmbia e a Guiné-Bissau, ou seja todos na faixa costeira ocidental da África que vai do Cabo Branco às ilhas Bijagós. Isto significa que Cabo Verde faz parte de um conjunto que engloba os arquipélagos de Açores e da Madeira, as ilhas selvagens e as Canárias.

No seu conjunto e nos anais da sua história, Cabo Verde emergiu vai já para seis séculos e no ano de 2009 estamos completando 34 anos de um exaltante e atribulada independência.

A República de Cabo Verde é um Arquipélago constituído por 10 Ilhas e oito ilhéus com uma superfície total de 4033 km², situado no Atlântico Norte,

500 km a Oeste do Senegal. Ele está subdividido em dois grupos de Ilhas: as Ilhas de Barlavento, a Norte e de Sotavento, a Sul. A distância entre as Ilhas varia entre 15 e 275 km.

O clima de Cabo Verde é árido ou semi-árido com duas estações. A estação seca, entre Novembro e Julho, e a estação das chuvas de Agosto a Outubro. A precipitação média anual é de 250mm, variando de 60mm a 430 mm nas diversas Ilhas.

A temperatura média anual é de 24°C e a amplitude térmica anual não ultrapassa 10°C devido a influência do mar. O mês mais quente é Setembro com a temperatura média de 27°C e o mais frio é Fevereiro com temperatura média de 21°C.

De facto tal como no Brasil que foi colonizado de forma semelhante, constata-se na nação cabo-verdiana um verdadeiro mosaico de raças e cores. Desta forma, Cabo Verde é, neste âmbito, um país diferente por excelência. Não só somos diferentes dos portugueses e dos diversos povos africanos como também dependendo da ilha, os cabo-verdianos são diferentes uns dos outros.

Nove das dez Ilhas são habitadas e estão subdivididas administrativamente em 17 Municípios com uma população total residente estimada em 400 000 habitantes, presentemente. A população emigrada, nomeadamente nos EUA, Portugal, Holanda, França e Senegal é superior à que vive no País.

A capital de Cabo Verde - Praia tem 90 000 habitantes e Mindelo, a segunda Cidade do País, tem 65 000 habitantes.

Cabo Verde tem uma população jovem, com uma idade média de 23 anos, uma taxa de média de crescimento anual da população de 1,45% entre 1980 e 1990; uma

esperança de vida de 62 anos para os homens e 65 para as mulheres. A taxa de mortalidade infantil de é 46%.

Praticamente sem recursos naturais e com uma seca prolongada, Cabo Verde tem uma economia orientada para os serviços.

O comércio, os transportes e os serviços públicos, conjuntamente, representam 70% PIB; contribuem para 55% das exportações e empregam cerca de 25% da mão-de-obra nacional. Apesar de 50% da população viver na área rural, a contribuição de agricultura para o PIB em 1996 foi apenas de 7,5%.

A terra arável cobre somente 37 000 hectares (cerca de 9% da área total do país), a maior parte dela não é irrigada e a produção agrícola é basicamente de subsistência.

Cerca de 90% dos produtos alimentares são importados.

O Sector industrial inclui actividades como processamento de peixe, construção, reparação naval, confecções, calçado e bebidas, normalmente dependentes da importação de matéria-prima.

Os sectores mais promissores para o desenvolvimento são o turismo, a indústria ligeira e as pescas.

taxa de desprego oscila em torno de 25% desde a década de oitenta, principalmente devido à seca persistente e ao crescimento da população mas nos últimos anos tem havido uma tendência para um aumento, tendência essa que vem sendo agravado pela actual época de crise que se atravessamos a nível global.

A economia Cabo-verdiana desenvolveu-se significativamente desde o final da última década, e o

país já pode ser contado entre aqueles com desenvolvimento humano médio, por um lado porque o país tem muitos imigrantes espalhados pelo mundo que contribuem com remessas financeiras significativas e Por outro, o turismo começa a ser uma fonte de receita importante: as primeiras ilhas turísticas são a ilha do Sal e a ilha de Santo Antão.

2.2.-Sistema de Ensino em Cabo Verde.

Cabo Verde teve o seu primeiro Ministério da Educação e Cultura (MEC) na préindependência. Foi instituído em Janeiro de 1975, no âmbito do governo de transição. O acto constituiu-se na continuidade do sistema colonial português até então vigente, assentando a instituição na eixo direcção provincial de educação.

A reforma do ensino em Cabo Verde propõe a transformação estrutural do subsistema, isto é: inserir o pré-escolar no sistema educativo e articulação conceptual e funcional com o subsistema do Ensino Básico integrado;

Instalar e desenvolver o Ensino básico integrado, como ensino universal e obrigatório; Reestruturar o ensino secundário, organizado em 3 ciclos numa dupla perspectiva da preparação para a vida activa e para o prosseguimento dos estudos;

Implementar modalidades de estruturas do ensino médio e superior; Realizar estudos conducentes à instalação de educação para as crianças deficientes;

Implementar estruturas com vista a preparar o corpo docente e a melhoria da qualidade Ensino/formação nas vertentes formação e desenvolvimento curricular.

As reformas adoptadas até então, centrada na procura de respostas de natureza quantitativa à demanda

crescente da educação e do ensino, se por um lado estabilizaram o sistema instalado, por outro lado, não se ajustaram à elevação dos níveis de exigência de uma opinião pública mais atenta e crítica.

A Declaração Mundial sobre a educação para Todos (Conferência de Jontiem, Tailândia, 1990) ao preconizar que “ qualquer pessoa - criança, adolescente ou adulto - deve poder beneficiar duma formação concebida para dar resposta às necessidades educativas fundamentais”, aliada ao desenvolvimento da microinformática e das novas tecnologias “pressionaram” os Países a rever e mudar os seus sistemas educativos sob pena de não ficar em consonância com a ordem sócio - económica e cultural internacional.

Neste contexto, Cabo Verde estrutura, no início da década de 90, o seu sistema de ensino numa perspectiva global, organizado em subsistemas que inter-comunicam, pela integração e complementaridade.

O sistema do ensino passa a compreender os subsistemas da educação pré-escolar, da educação escolar e extra-escolar.

A educação pré-escolar enquadra-se nos objectivos de protecção de infância”, é de frequência facultativa e destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 e a idade de ingresso no ensino Básico Integrado.

A educação escolar subdivide-se nos ensinos básicos, secundário, médio e superior. O ensino básico “deve proporcionar a todos os Cabo-verdianos os instrumentos fundamentais para a integração social e contribuir para uma completa percepção de si mesmos como pessoas e cidadãos”, “é universal e obrigatório” e “abrange um total de 6 anos de escolaridade, sendo organizado em 3 fases de dois anos cada” (LBSE).

O ensino secundário “visa aquisição das bases científico-tecnológicas e culturais necessárias ao prosseguimento dos estudos e ao ingresso na vida activa (...). “ Tem a duração de seis anos, “organiza-se em três ciclos de 2 anos cada: um 1º ciclo ou tronco comum; um 2º ciclo com uma via geral e uma via técnica e um 3º ciclo com uma via geral e uma via técnica (LBSE).

O ensino médio “tem a natureza profissionalizante e visa a formação de quadros médios domínios específicos de conhecimento” e “tem a duração de pelo menos 3 anos.” O Ensino superior deve proporcionar “sólida formação científica, técnica humanística e cultural de forma a habilitar para o exercício das funções de concepção, de direcção, de execução e de investigação.

O ensino Superior de curta duração nasce em Cabo Verde, a partir do desenvolvimento de cursos de formação, de nível pós secundário, que existem há mais de 10 anos, nos domínios da Educação, das Ciências do Mar e Agrárias respectivamente, O Instituto Superior de Educação, O centro de Formação Náutica e o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrária (INIDA).

Estes cursos têm conferido aos diplomados o grau de Bacharelato que, ao abrigo de convénio celebrados com Universidades estrangeiras, tem tido equivalência ao mesmo grau nessas Instituições.

O aparecimento de cursos de iniciativa privada como o curso de Marketing e gestão (na Praia e Mindelo) vieram reforçar a génese do ensino superior no País.

A ligação ensino investigação é uma das características do ensino superior em qualquer País do mundo. Infelizmente tal prática é muito rudimentar em Cabo Verde, não só devido ao estado embrionário deste nível

de ensino, mas também à falta de estruturas de apoio à pesquisa como bibliotecas, laboratórios, livrarias, etc.

Pesquisas dispersas têm sido efectuadas, a maior parte das vezes, por iniciativas individuais, cuja dimensão e impacto se desconhecem.

Com base no reconhecimento do papel que este sector assume como pólo de cultura e de desenvolvimento económico e social, o programa do governo considera prioritário para o sector da Educação, a criação de condições para a institucionalização do Ensino superior. A organização deste, incorporará criticamente as experiências de formação superior em curso e terá como linhas de orientação, a optimização e expansão de estruturas existentes, a articulação com os Institutos de investigação e o mundo empresarial, o aproveitamento das competências dos Cabo-verdianos residentes no País e no estrangeiro e a cooperação com Instituições de Ensino Superior segundo projectos específicos e pela potencialização de acordos e convénios.

O ensino escolar comporta ainda as seguintes modalidades de ensino: a educação especial, educação para crianças deficientes, educação para as crianças super dotadas, ensino a distância etc., mas infelizmente, a prática de facto não satisfaz.

A educação extra-escolar desenvolve-se em dois domínios distintos: a educação básica do adulto que abrange a alfabetização, pós - alfabetização e outras acções de educação permanente e a aprendizagem e acções de formação profissional.

No que respeita à qualidade de ensino no arquipélago, o investigador constata um paradoxo. Afirma que no período de 10 anos entre 1975 e 1985, “deu-se resposta a muitas expectativas”. No entanto, em simultâneo com o aumento de quantidade, a exigência

de qualidade foi aumentando, Pelo que “à medida que se ampliavam as oportunidades de acesso à escola, ampliava-se também a deterioração do sistema educativo, visível na sua pouca eficácia, traduzida em elevados índices de abandono e retenção”. Facto que deu origem à busca de financiamento para investimentos no sector, e a Programas de Reforma.

Nesta sequência, determinamos 7 momentos - chave da Educação em Cabo Verde:

Constituição do MEC, na pré - independência;

Encontro Nacional de Quadros de 1977;

Aprovação do Plano de Desenvolvimento da Educação para o triénio 82-85; aprovação da primeira Lei Orgânica do Ministério da Educação (LOME), em 1987; A aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), Dezembro de 1990;

Implementação e consolidação do Ensino Superior publico e privado em Cabo Verde, nos anos seguintes;

Actualmente o Ensino Superior em Cabo Verde, ultrapassou a fase de consolidação, e encontra-se num processo de desenvolvimento, com ênfase na especialização dos Docentes ao mais alto nível, tendo já alcançado a Ministração de Doutoramentos pela UniCV (Universidade de Cabo Verde), em parceria com Universidades Conceituados a nível Internacional). É de realçar também o facto de em parceria com a FCT, a UniCV disponibilizar a partir do corrente ano (Novembro de 2009), bolsa de estudos para especializar ao mais alto nível (Doutoramento / Pós Doutoramento) os seus quadros.

A nível internacional, consideramos a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jontiem (Tailândia), em 1990 um documento de

extrema importância pelos seguintes motivos: o documento então produzido, “Declaração Mundial sobre Educação para Todos”, deixou de pôr a tônica na estatística reconhecendo que “havia necessidade de ir mais além e valorizar as aprendizagens que efectivamente promovessem o desenvolvimento”. Assim, outros factores passaram a ser considerados, tais como a Educação Básica, os cuidados com a primeira infância, a aprendizagem durante a adolescência e a idade adulta, e a educação das raparigas. Cabo Verde aderiu às conclusões da Conferência de Jontiem, mas a prática ainda não satisfaz.

Nesta sequência surge outro documento, ainda mais importante, “La Declaración de Salamanca”, Conferencia Mundial Sobre Necesidades Educativas Especiales: Acceso Y Calidad, aprobada por aclamación en la ciudad de Salamanca, España, el día 10 de Junho de 1994. Este documento, reafirma o direito que todas as pessoas têm a educação, dando sequência a Declaração Universal dos direitos humanos de 1948; E renovando o empenho da comunidade mundial na Conferência Mundial para todos de 1990 de garantir esse direito a todos, independentemente das suas diferenças particulares, recordando as diversas declarações das Nações Unidas, que culminaram nas Normas Uniformes sobre a igualdade de oportunidades para as pessoas com NEE. Convém salientar que, cabe aos estados garantir que a educação das pessoas com NEE faça parte integrante do sistema educativo.

Os delegados da Conferência Mundial sobre Necesidades Educativas Especiais, representação de 92 governos e 25 organizações internacionais, reunidos em Salamanca (España) e 7 a 10 de Junho de 1994, reafirmam o compromisso com a educação para todos, reconhecendo a necessidade e urgência de assegurar

a educação para todos os indivíduos com Necessidades Educativas Especiais dentro do sistema comum de educação.

Infelizmente, talvez por falta de condições, Cabo Verde não teve oportunidade ainda de aderir aos princípios da Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais de Salamanca, oportunamente reformulada 10 anos depois, através do documento “La Declaración de Salamanca” Sobre Necessidades Educativas Especiales 10 años después. Valoración Y Prospectiva 1994-2004. Esta importante reforma implica uma nova filosofia, uma nova opção, a nova forma de ver a vida e ministrar a educação.

Para além dos princípios que determinam a Conferência Mundial sobre Educação para todos em Jontiem (1990), e a Conferência de Salamanca de 1994, este documento possibilita um salto qualitativo e de eficácia no âmbito legislativo, cujos efeitos imparáveis se seguem ratificando em eventos como o ano internacional contra a exclusão, proclamado “en la Convención de Salamanca sobre los derechos del niño en siglo XXI (Informe Delhors)”. Aborda a educação, com a opção da educação inclusiva, considerando que a educação é um factor de coesão se tiver em conta a diversidade dos indivíduos e dos grupos humanos e, ao mesmo tempo, evita ser um factor de exclusão social”.

Enfim a ideia central desta monumental reforma, que pretendemos justificar para Cabo Verde, com a ilustração da alta taxa de retenção, através dos seguintes Gráficos, é fomentar uma sociedade inclusiva, plural, aberta a diferença que infelizmente, não está a nosso alcance a Curto/Médio Prazo, pelos motivos que iremos apontar nos capítulos subsequentes deste trabalho.

Relativamente ao ensino superior, como já foi aqui referido, o grande objectivo do (MEC) constituir a

Universidade Pública de Cabo Verde já foi alcançado, começando no ano 2003 por conseguir levar, esse sonho vital, ao ponto de não retorno. Porém para concretizar este grande objectivo foi necessário arranjar alternativas para ultrapassar determinadas questões entre os quais: como realizar este objectivo; em que tipo de universidades deve apostar; com que corpo docente e de investigação; com que recursos, com que estratégia, entre outras.

O prazo de 3 anos (2004-2006) foi o tempo mínimo imposto pela estratégia de lançamento da Universidade Pública de Cabo Verde implementada para o desenvolvimento, com o intuito de ser auto - evolutiva, empreendedora, democrática, internacional e de alta qualidade.

O que é certo é que já existem procura de educação superior, pessoal docente qualificado, consciência da necessidade de formação e investigação, capital humano e social, instalações e equipamentos que possibilitaram fundar e consolidar a Universidade de Cabo Verde.

Com uma perspectiva clara dos novos caminhos que o ensino superior e a universidade trilham na sociedade da informação e mediante ajustamentos progressivos, estarão ao alcance das IES, num prazo razoável, os níveis internacionalmente aceitáveis relativos ao número de doutores, mestres, investigadores e licenciados e relativos, também, à quantidade e qualidade de bibliotecas, laboratórios e centros de informática por aluno e por área de estudo, ligados à Internet.

Em conclusão, as características de Cabo Verde e do tempo em que, finalmente, se decide tornar realidade o sempre adiado sonho de ter a sua universidade obriga a uma escolha rigorosa do modelo que não será, seguramente, um clássico de Londres, Paris, Berlim,

Madrid, Lisboa ou Coimbra mas, provavelmente, um modelo adaptado, do tipo universidade cultural e empreendedora, com claro enfoque na docência, investigação e desenvolvimento, Corsino Tolentino (2007).

2.3.-Histórico de Atendimento dos alunos com Necessidades Especiais no Sistema Educativo de Cabo Verde.

A defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas portadoras de NEE é atitude muito recente em nossa sociedade. Manifestado através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de NEE.

Os relatos, encontrados na história da educação de Cabo Verde, não registaram nada significativo a nível de informações sobre o atendimento educacional às pessoas com NEE.

Constata-se que, até a actualidade, as noções a respeito das NEE, são basicamente ligadas a misticismos e ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realísticas. O conceito de diferenças individuais não é compreendido e avaliado.

A ideia de que a condição de portadores de handicap's, incapacidades, deficiência, inválido, é uma condição imutável, levou a uma completa omissão da sociedade cabo-verdiana, em relação à organização de serviços, para atender às necessidades individuais específicas dessa população.

Segundo Mazzotta (1996), Somente quando um "clima social apresenta condições favoráveis é que a

sociedade começa a mobilizar-se, despontando-se como líderes mulheres, homens, leigos ou profissionais, portadores de deficiência ou não em prol de um atendimento às pessoas com deficiência, tendo vista uma qualidade de vida melhor para aquelas pessoas, porém sem direitos assegurados.

Os primeiros movimentos pelo atendimento aos “deficientes”, reflectindo mudanças significativas na atitude dos grupos sociais em termos educacionais se concretizaram na Europa, expandindo-se para os Estados Unidos e Canadá, somente, posteriormente, para outros países, e recentemente para Cabo Verde, onde tais providências caracterizaram-se como iniciativas oficiais e particulares isoladas, reflectindo o interesse de algumas associações e educadores pelo atendimento dessas pessoas.

Conclui-se que a Educação Especializada, nas escolas regulares, que possibilita a inclusão não está implementada ainda no Sistema Educativo de Cabo Verde pelo que, caracteriza-se por limitadas e pontuais iniciativas oficiais e particulares.

2.4.-Iniciativas, que pelo papel despenhado na evolução da educação especial, merecem um destaque.

1993 - ADVIC (Associação de Deficientes Visuais de Cabo Verde), com sede na cidade da Praia e com uma direcção regional em São Vicente e delegações na ilha de Santo Antão, Fogo, Sal e São Nicolau, bem como nos EUA. Opera nas áreas de escolarização; formação social e profissional; cultura e desporto; inserção no mercado de trabalho; apoio as famílias e reabilitação;

1999 - ADEF - (Associação Desenvolvimento e Formação de Pessoas de Condições Especiais de

Cabo Verde) com sede em Mindelo - São Vicente, está representado todas as ilhas de barlavento por delegados. Opera a tempo inteiro, praticamente no âmbito de apoio quantitativo. As suas actividades visam ajudar a progredir pessoal e socialmente aqueles que foram menos bafejados na sua saúde física ou mental, mas com todo o direito a ter uma vida digna, em pé de igualdade com os restantes cidadãos. A ADEF abriu recentemente um Jardim Infantil para crianças de condições especiais mas carece de especialistas adequados para a área;

Ministério de Educação e respectivas delegações Escolares pelas iniciativas de cunho oficial no sentido de possibilitar formações, pontuais, no país e no exterior, e ainda conferências e debates nesta linha de raciocínio.

No âmbito da Educação Especial, mais especificamente notamos em Cabo Verde, a ausência de recursos para equacionar o problema, relacionado com a educação dos excepcionais, facto que impossibilita a implementação da Educação Inclusiva em Cabo Verde a curto prazo. Porém, há que louvar algumas inactivas, nomeadamente formação professora visão sala recurso, palestras formações etc.

Associação Inclusiva de Pessoas Portadoras de N.E.E. (A.I.P.N.E.S.): a solução provisória.

A AIPNES, é uma Associação de âmbito nacional, sem fins lucrativos, de autonomia financeira, criada pelo autor no âmbito das necessidades insatisfeitas constatadas neste país, a partir deste trabalho.

2.5.-Factores de Risco para a Inclusão em Cabo Verde.

Segundo H. B. Kaplan citado em Simões (2007), os

factores de risco são preditores de consequências desfavoráveis ou são manifestações precoces de futuros comportamentos. Os factores de risco consistem em variáveis que aumentam a probabilidade de aparecimento, de maior gravidade e maior duração de problemas. De acordo com estes autores, estes factores podem ser agregados em diversas categorias, nomeadamente: circunstâncias familiares (baixo estatuto social, conflitos familiares, doença mental, famílias numerosas, fracas ligações com os pais, desorganização familiar, modelos desviantes); dificuldades emocionais (abuso, apatia, imaturidade emocional, acontecimentos de vida stressantes, baixa auto-estima, descontrolo emocional); problemas escolares (insucesso escolar/abandono escolar); contexto ecológico (desorganização comunitária, racismo, desemprego, pobreza extrema); problemas interpessoais (rejeição pelos pares, alienação ou isolamento); défice de competências sociais, défice de atenção, dificuldades de aprendizagem, fracos hábitos e competências de trabalho).

Para M. Rutter (1987), o risco refere-se a variáveis cuja presença leva à patologia ou Desajustamento. A investigação realizada nesta área está repleta de dados que confirmam a existência deste tipo de associações entre o risco e o ajustamento, Smith (2001).

O impacto que os factores de risco têm sobre os indivíduos varia em função de múltiplas variáveis, nomeadamente, das características dos factores de risco, das características dos indivíduos expostos a estes riscos e da interacção entre os indivíduos e o risco. No âmbito da realização deste estudo verificamos que em Cabo Verde as crianças com deficiências, handicap's e/ou em desvantagem familiar e social são de um modo geral menos competentes pelo que carecem de uma intervenção especial, inexistente até então no país. Provavelmente por conta da emigração

que é levada no país, e de inúmeras separações matrimoniais, Predomina um grande número de famílias não estruturadas, muitas das quais disfuncionais e geradoras de inúmeros problemas (Prostituição infantil, Abuso de Substâncias Psico-activas, Patologias Físicas e Mentais, Abandono Escolar e Familiar, Sem abrigos, Delinquência e Violência Infanto-Juvenil, Insucesso Escolar, entre outros) que afligem a dita sociedade e comprometem a respectiva inclusão.

De facto, quem conhece a Praia (capital de Cabo Verde) e Mindelo, as duas cidades mais desenvolvidas de Cabo Verde, certamente verificou que estão repletas de pessoas (crianças adolescentes, jovens adultos, pessoas de meia idade e idosos) vítimas de comportamentos antisociais que acabam por se engrossar a população vítima de exclusão escolar, e na sequência a nível social.

Relativamente ao caso particular do Mindelo, a capital cultural de Cabo Verde, onde existe um ambiente extremamente animado, com especial realce para as famosas noites mindelenses onde para além das discotecas existem restaurantes, pubs, hotéis etc., que possibilitam nacionais e estrangeiros desfrutar de boa música e usufruir de uma excelente gastronomia, estas pessoas deambulam pela cidade a procura de meios de subsistência a qualquer custo (alguns pedem sistematicamente esmolas a ponte de incomodar nacionais e turistas, outros prostituem-se tornando-se vítimas do turismo sexual que já é uma realidade na dita cidade que a semelhança do Brasil apresenta bastantes mulheres lindas com indisponibilidade financeira, outros ainda optam pelo assalto associado ou não a violência, existem ainda aqueles que contraem patologias mentais e os que abusam de substâncias psico-activas entre outras vítimas de exclusão social.

Posto isto, e tendo em conta que estas pessoas,

vítimas da exclusão sócio - escolar carecem de uma intervenção adequada com o intuito de as incluir na medida do possível, partindo do princípio de que não é, nunca foi e nem nunca será possível incluir todos, é urgente implementarem modelo de atendimento educativo mais dinâmico e diferenciado, que atenua o abandono escolar possibilita a inclusão sócio - escolar bem como o sucesso académico de todos os alunos independentemente das suas deficiências, desvantagens e ou handicap's aumentando desta forma a possibilidade de sucesso no processo de transição para a vida activa adulta e diminuindo os comportamentos anti-sociais desencadeadoras de problemas que compactuam com a exclusão sócio - escolar em Cabo Verde.

2.6.-Risco e Resiliência.

Todas as pessoas possuem mais ou menos recursos, pessoais e desenvolvimentais, que os defendem de surgimento de problemas. Estes recursos são colocados a prova em situações de stress, adversidade ou risco que “precipitam” as pessoas para um encontro com consequências negativas. Mas nem sempre este encontro é uma realidade. Quanto assim acontece, diz-se que se está perante pessoas resilientes.

O conceito de resiliência iniciou o seu desenvolvimento a partir da observação de vários investigadores: estes constataram que, ao contrário do expectável, grande parte das populações, afectadas pelas duas grandes guerras do século XX, recuperaram de forma razoavelmente rápida, dos traumas e tragédias que se abateram sobre elas.

A partir desta realidade, psicólogos e psiquiatras começaram estudos sobre estes factores internos que permitem ultrapassar acontecimentos traumatizantes,

preservando a sua integridade psicológica e mental. Deste modo, pode-se definir resiliência como a capacidade do ser humano para se regenerar e sobreviver, ultrapassando traumas da vida que podem gerar problemas de adaptação ou patologias do foro psíquico. Daí, que resiliente seja alguém que se transforma. Na década de noventa os investigadores concluíram que esta espécie de “imunidade psicológica” tem, na sua génese, duas componentes internas complementares:

1 - Características inatas, detectáveis a partir do berço;

2 - Características que podem ser desenvolvidas ao longo da vida nas crianças.

Dados da investigação indicam que, a capacidade do indivíduo para reagir às agressões externas depende essencialmente de três factores: “aquisição de recursos interiores desde os primeiros anos de vida, a forma como o trauma é assimilado e a oferta de suportes institucionais que sirvam de apoio.”

Este último factor é particularmente importante em pessoas com necessidades especiais que, normalmente, só conseguem desenvolver resiliência com a ajuda de técnicos especializados.

A resiliência, sendo, em parte, uma característica inata pode, de acordo com a literatura, ser reconhecida desde a nascença. Vários comportamentos da criança, bem como a forma como reage aos estímulos e às eventuais dificuldades dos primeiros dias de vida, permitem compreender desde logo, a sua capacidade para resistir aos problemas. Os pediatras vão ainda mais longe quando 94 afirmam que a resiliência se começa a incrementar desde que o bebé inicia o seu desenvolvimento na barriga da mãe. Nessa fase, o envolvimento com a mãe e outros significantes e a qualidade do mesmo, são cruciais na construção da

resiliência. Assim talvez se compreenda que, crianças filhas de mães drogadas ou de prostitutas, ou vivendo em famílias Não Estruturadas, ou então, vítimas de abusos sexuais ou de maus-tratos, recuperem e consigam viver uma vida normal usando, por vezes, os seus traumas como uma força que lhes permite ir mais longe do que as condições de partida fariam prever.

Para além dos já referidos recursos internos guardados na memória e adquiridos desde amais tenra idade, existem outras componentes que se podem desenvolver ou encontrar pela vida fora e que funcionam como suportes da resiliência. Estes processos de aquisição, designados por externos, podem ser facultados à criança ou ao adulto magoado, quer por uma família que os acolha com compreensão e amor, quer por instituições apropriadas ou ainda por técnicos especializados.

Em estudos recentes, crianças que tiveram de ultrapassar situações traumatizantes afirmaram ter sido importante o apoio de uma pessoa significativa, capaz de lhes dar esperança, possibilitando a reconstrução da sua auto-imagem. Por outro lado, existe sempre a possibilidade do próprio adulto auto-desenvolver as defesas necessárias que lhe permitam ganhar resiliência.

Uma das questões que levantou o interesse por esta área de estudo relativamente recente foi precisamente o facto de indivíduos perante situações de risco não apresentarem sinais de desajustamento, como à partida era esperado, ou um desajustamento a longo prazo ou para toda a vida Luthar, Zigler citado em Simões (2007). A resiliência tornou-se assim um modelo de análise abrangente, que apresenta um enfoque especial para os factores e processo de protecção que, em condições adversas a um desenvolvimento saudável, conseguem inverter o percurso de factores de risco.

3.-Bases Para a Introdução do Modelo Inclusivo.

3.1.-Princípios Básicos da Educação.

Este capítulo foi elaborado com o intuito de abordar a legislação e políticas públicas, adoptadas em Cabo Verde, enfatizando a implantação da Educação Inclusiva neste país. De acordo com o objectivo proposto para esta investigação, procurou-se identificar as políticas da educação, ao longo de sua evolução.

Considerando que os homens nascem em igualdade de circunstâncias, nascem livres e iguais em dignidade, o desafio é manter esta perspectiva construindo uma sociedade democrática que salvaguarda os direitos humanos em Cabo Verde, detrimento das formas de exclusão de qualquer indivíduo.

Nesta perspectiva, o direito é extensivo a todos os cabo-verdianos, independentemente das suas deficiências, desvantagens e/ou handicap's, no que tange à qualidade de vida, à dignidade, à liberdade, à participação na vida familiar e comunitária, à igualdade de oportunidades em saúde, educação, trabalho, lazer e à participação social.

O exercício da cidadania deve contemplar os grupos que até então foram excluídos ou rejeitados pela sociedade cabo-verdiana. A educação, deve basear nos princípios acima mencionados, com o intuito de possibilitar a todos os educandos, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para a vida pessoal, familiar, profissional e social neste país.

O sistema educativo de Cabo Verde, como segmento social, tem reflectido nas suas práticas, os mesmos mecanismos de exclusão que a sociedade tem praticado. Na condição de espaço público, tem revelado extremas dificuldades em aprimorar sua missão social, política e pedagógica, desenvolvendo, todos os que

dela participam, comportamentos e atitudes de solidariedade, baseados no respeito e na valorização da diversidade humana e das diferenças individuais, de todos os alunos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais não preconizam, a atenção à diversidade da comunidade escolar e não são baseados no pressuposto de que a realização de adaptações curriculares pode atender a necessidades particulares dos alunos. Isto significa que Cabo Verde não valoriza o facto da atenção à diversidade se concretizar em medidas que levem em conta não só as capacidades intelectuais e os conhecimentos dos alunos, mas, também, seus interesses e motivações (a atenção à diversidade está focalizada no direito de acesso às escolas e visa à melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem para todos, sem excepção, bem como as perspectivas de desenvolvimento e socialização).

Neste contexto a escola deve respeitar as diferenças, vendo-as não como obstáculo para o cumprimento da acção educativa, mas podendo e devendo ser factores de enriquecimento.

A diversidade, existente na comunidade escolar contempla uma ampla dimensão de características. Necessidades educacionais podem ser identificadas diversas situações representativas de dificuldade de aprendizagem, como de ocorrência de condições individuais, económico ou sócio culturais dos alunos:

Crianças com condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e sensoriais diferenciadas; Crianças com deficiência e sobredotadas;

Crianças trabalhadoras ou que vivem nas ruas;
Crianças de populações distantes ou nómadas
Crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais.
Crianças de grupos desfavorecidos ou marginalizados.

Posto isto, com esta investigação, pretendemos primar para que os direitos humanos, assegurados nas leis do país, sejam cumpridos na vida prática, através da construção de uma sociedade que salvaguarda os direitos das minorias, valorizando a diversidade humana, o respeito para a dignidade de cada indivíduo, a igualdade de direitos a oportunidades e o exercício efectivo da cidadania, com liberdade de expressão do pensamento e de escolha. A Inclusão provoca mudanças nas perspectivas educacionais, pois não se limita somente aos direitos dos alunos, que apresentam dificuldades na escola, mas aos de todos os envolvidos no processo educacional escolar: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Para além da reforma legislativa para implementar a inclusão, numa determinada sociedade, é fundamental realizar acções e estabelecer relações na escola e na sociedade, no sentido de primar pela igualdade de circunstâncias em detrimento da injusta e exclusão.

3.2. Medidas Legislativas.

Tal como aconteceu em Salamanca, qualquer que seja a medida política educativa adoptada, visa alteração num sistema de ensino vigente pelo que carece de suporte legislativo (leis e decretos) que sustenta toda a actividade.

A legislação serve de suporte aos objectivos pretendidos caso constituem preceitos a ser respeitados e utilizados, como ferramentas para embaçar as acções que levem ao cumprimento das determinações contidas nos textos legais e nas recomendações de organismos internacionais. Nesse particular, consciente da promessa feita pelos estados membros, como é o caso de Cabo Verde, a Declaração

Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela III Assembleia Geral Ordinária da ONU em 10 de Dezembro de 1948 garante, no seu artigo 26, que todo homem tem direito à educação, ressaltando-se sua gratuidade.

A Constituição cabo-verdiana, descreve a educação como um direito social de todo o caboverdiano, defende a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e garante, Ensino Fundamental, gratuitamente, a todos, independente da idade;

No inciso III refere-se ao atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino e o inciso VII faz menção aos programas suplementares, o material didático, entre outras necessidades de apoio.

Além de nossa constituição, outros documentos cabo-verdianos também garantem a igualdade de direitos de todos aos bens e serviços, historicamente, acumulados e disponíveis na sociedade. Estão neste caso:

- O estatuto da Criança e do Adolescente de 2007, que garante os direitos constitucionais fundamentais da criança e do adolescente e lhes asseguram igualdade de condições, acesso e permanência na escola, pública e gratuita, próxima à sua residência, bem como, lhes confere o direito ao atendimento especializado.
- O Decreto de 18 de Outubro de 1999, referente à modalidades de ensino à Pessoa Portadora de Deficiência, que regulamenta no seu artigo 44^o (educação especial), dispõe sobre o apoio educativo adequado às crianças e jovens portadores de deficiência, cabendo ao Governo de Cabo Verde a responsabilidade de assegurar gradualmente os meios educativos necessários que favorecem o processo educativo desta população alvo.

Dentre as recomendações de organismos internacionais sublinhe-se a “Declaração Mundial de Educação para Todos, oriunda da Conferência Mundial sobre Educação para Todos (Jontiem, Tailândia, 1990), e a Declaração de Salamanca (Espanha, 1994), documento produzido na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, das quais se destacam os seguintes aspectos:

a) A necessidade de construirmos espaços educacionais na perspectiva de educação de qualidade para todos. Neste sentido, compromissos políticos foram consolidados num esforço colectivo, para assegurar a democratização da educação, independentemente das diferenças particulares dos alunos;

b) A necessidade de mudanças fundamentais, que transformem a realidade numa educação capaz de reconhecer as diferenças, promover a aprendizagem e atender às necessidades de cada pessoa, individualmente;

c) Que as escolas se ajustem às necessidades de todos os alunos, quaisquer que sejam as suas condições físicas, sociais, linguísticas, incluindo aquelas crianças/adolescentes que vivem nas ruas, as que são exploradas actividades laborais, as que trabalham, as nómadas, as de minorias étnicas, religiosas, as migrantes, as menores de 6 (seis) anos, os alunos com distúrbios de aprendizagem, pessoas com deficiência ou sobredotado e com condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, além dos que se desenvolvem à margem da sociedade;

d) A necessidade de que as políticas educacionais levem em conta as diferenças individuais, nas diversas situações de aprendizagem.

e) A necessidade contínua de apoio aos alunos com necessidades educacionais especiais, seja classes comuns ou programas suplementares de apoio pedagógico na escola, de professores especializados e de pessoal de apoio externo.

3.3.-Os Meios.

Não há dúvida de que uma medida que altera o Sistema Educativo de um país necessita de meios à altura, sem os quais essa alteração só serve para criar embaraços ao sistema. Mas também sabe-se que tais meios só serão possíveis numa situação em que os objectivos políticos e educativos são explícitos através da legislação que é os suportes em toda a actividade a ser desenvolvida no país. Assim, para a implementação do modelo de Educação Inclusiva no nosso Sistema de Ensino, as bases legais, como aconteceu com outros países que passaram por situações semelhantes a de Cabo Verde, devem proporcionar condições para equipar o país com recursos humanos, materiais linguísticos, didácticos e financeiros que, por sua vez, vão ser a charneira de toda a actividade executiva no contexto escolar (sensibilização e formação dos pais, formação de professores de ensino especial e dais profissionais nesta linhas de raciocínio, formação de jornalistas, produção bibliográfica e de distribuição de incentivos financeiros para que se possa estimular as pesquisas sobre a Educação Inclusiva e o seu uso na comunicação social).

3.4.-Os Meios Humanos.

Numa situação em que na própria legislação está adequada à medida anunciada (de Implementação do Modelo de Educação Inclusiva em Cabo Verde), não é

arriscado afirmar que nesse país não há nem professores e nem os demais técnicos na área do ensino especial com formação específica para intervir neste âmbito.

Falamos de professores especializado na área de ensino especial, porque, como se sabe, o ensino especial, independentemente do seu estatuto, tem no docente devidamente especializado uma das componentes fundamentais para possibilitar a Educação Inclusiva. Aos psicólogos, sociólogos, terapeutas da fala, psicopedagogos, e outros profissionais que podem ser enquadrados em equipas multidisciplinares, deve-se ao facto de ser eles os obreiros da despistagem e intervenção nos problemas cuja resolução não está ao alcance dos professores pelo que constituem uma fonte muito importante no fornecimento dos corpora, bastante úteis para a investigação no âmbito da educação especial.

Em Cabo Verde, não existem escritores que operam na área do Ensino Especial, alguns especialistas de áreas afins que já deram provas de que se preocupam com a questão do ensino especial/inclusivo no país, alguns órgãos de comunicação social que de vez em quando emitem programas, professores que fizeram Licenciaturas nas áreas (psicologia, psicopedagogia, sociologia etc.) que permitem o seu enquadramento de equipas multidisciplinares adequadas a uma intervenção bem sucedida neste âmbito e algumas pessoas que, apesar de não pertencerem ao mundo académico, nas suas actividades profissionais demonstram a necessidade de combater esta problemática. Entretanto, neste ponto, vamos debruçar-nos fundamentalmente na formação de professores.

Nos EUA, falar de movimento REI por exemplo, segundo Gold (1997), quando os governantes se depararam com a escassez do pessoal especializado para possibilitar a implementação da Educação

Inclusiva, adoptaram várias estratégias para pôr fim a esse problema. Para além do recrutamento dos profissionais de áreas afins com o Modelo Inclusivo, com capacidade de ensinar alunos de Condições Especiais, organizaram cursos de formação durante as férias lectivas do Verão, no sentido de aproveitar os quadros já existentes, dando-lhes incentivos financeiros para receber formação, quer dentro quer fora do Estado.

Entretanto, no que concerne aos recursos humanos, chamamos aatenção fundamentalmente em dois sentidos: áreas de formação de professores onde se englobam, para além das culturas nacionais, a formação didáctica e psicopedagógica e a parte motivacional do futuro mestre que considera um elemento importante a ter em conta na inovação do projecto educativo. Na sua discussão, o autor supracitado vai mais longe, dizendo que o desconhecimento deste último ponto será um perigo, pois, reforça o autor, “ é como construir sobre a areia.

Na situação de Cabo Verde, a que interessa ao presente trabalho, na ausência de quadros para atender os alunos com NEE e elaborar materiais didácticos para o ensino especial, faz sentido, para além da criação de estruturas de ensino, formação de equipas de formadores que teriam que actuar essencialmente em dois sectores: a nível do Ensino Superior e a nível da formação de professores do EBI (IP).

A nível superior, para além da investigação na área, a Escola Superior formaria professores e investigadores que iriam actuar ao nível da elaboração de materiais didácticos e formar professores para o EBI (Os professores formados no Instituto Pedagógico, escola responsável pela formação de professores do EBI, na sua maioria são formados no ISE que, neste momento, está a dar Cursos de Licenciatura em várias áreas.) Por

isso, não seria descabido introduzir licenciaturas na área do ensino especial bem como disciplinas nesta mesma linha de raciocínio, em todos os cursos ministrados no Ensino Superior). Contudo, a amplitude e a responsabilidades dessa estrutura de ensino ultrapassam as fronteiras da formação de professores e produção de materiais para o ensino especial, pois faltam ao país pessoas com competência para trabalhar nos media, ajudando assim na projecção do ensino especial, quer dentro quer fora do país.

Para os professores do Ensino Básico, em termos da formação, podemos apontar duas vias:

1- A reestruturação do Currículo do Instituto Pedagógico que, enquanto escola encarregue de formar professores para esse nível de ensino, nos três anos que o Curso é ministrado que apesar de ter as NEE como disciplina, não forma profissionais para operar no âmbito da Educação Especial.

Assim, uma reestruturação curricular a este nível levaria à criação de novos cursos bem como a introdução de disciplinas relacionadas com o ensino especial que teria como suporte todos os trabalhos de pesquisa em ensino especial.

2- A formação e reciclagem dos professores que já estão no terreno, com ou sem formação específica. Para estes professores que não possuem formação específica, como aconteceu no continente Americano e noutras paragens que tiveram que se confrontar com situações semelhantes à de Cabo Verde, essa formação adicional deverá ser acompanhada de incentivos financeiros e de promoção na carreira. Essa formação adicional, entendimento nosso, deve abranger todos os docentes, mesmo aqueles que vão trabalhar noutros níveis de ensino. É neste sentido que as outras disciplinas e áreas científicas apoiarão a elaboração de materiais necessários ao

ensino/aprendizagem do aluno com NEE nas escolas em Cabo Verde.

A nível do Ensino Superior, virá uma contribuição muito importante na medida em que é nesse nível onde se faz a investigação na área, contribuição essa que será complementada com investigação de autores estrangeiros que, através da divulgação, se interessam pela causa do ensino especial.

3.5.-Meios Bibliográficos.

Os meios bibliográficos constituem, a par dos meios humanos, e não só, um dos requisitos basilares para o sucesso de ensino em qualquer país do mundo, independentemente do modelo de ensino que ali vigora. Neste trabalho, dada a sua natureza, não vamos entrar na discussão das terminologias “manual ou livros escolares”¹⁰⁵, pois entendemos que se abordarmos todos os documentos que podem servir para estudar ou ensinar conteúdos, estaremos a ser mais abrangentes.

No caso do ensino especial, sobretudo no Ensino Básico, os manuais, elaborados de acordo com os objectivos da política educativa e das características dos alunos com NEE. São esses os meios que vão ajudar a criar aquelas condições que Luís Correia (1996) indicou para que o ensino especial seja institucionalizado num país.

Em Cabo Verde, neste momento, naturalmente, não há documentos à altura para a institucionalização do ensino especial que possibilita a implementação do Modelo Inclusivo nas escolas, na medida em que, o próprio estágio da sua investigação é muito incipiente. Praticamente não existem produções nesta área, as produções que há neste momento resumem-se a alguns artigos, elaborados por técnicos de áreas afins

que não dominam convenientemente a área do ensino especial.

Assim, pensando nas obras para a institucionalização do ensino especial no Ensino Básico cabo-verdiano, ao contrário de muitos simplistas, entendemos que ela deve ocorrer pelas mesmas vias que o ensino regular pelos problemas que o ensino especial acarreta. Neste contexto, entendemos que o programa a ser implementado deve levar conta os custos que essa alteração curricular representa para o país para que se possam accionar as diligências necessárias, prevenindo assim para colmatar as possíveis falhas orçamentais.

3.6.-Meios Financeiros.

Em todos os sectores da vida de um país, os meios financeiros constituem uma peça - chave para avançar com qualquer política, independentemente da ideologia em que se baseia o poder. Sobretudo no que concerne às reformas, sabe-se que é preciso eliminar, adaptar, ampliar e/ou elaborar instrumentos que sustentam tais alterações, de acordo com a relação que o novo poder estabelece com o anterior e a visão que sustenta essas medidas.

Em relação ao presente estudo, não se trata de uma reforma económica da qual depende e influencia outras áreas da vida social do país, pois é apenas educativa e nunca deve ser vista como uma medida urgente. Entretanto, qualquer dos países que apostaram no Modelo Inclusivo tiveram que investir a nível financeiro, quer para qualificação do pessoal docente e produção bibliográfica, quer para a reformulação do atendimento de alunos com NEE, o que fez com que a Inclusão ganhasse um certo prestígio nas respectivas comunidades educativas.

De acordo com os autores desta linha de raciocínio, a alteração que se pretende para o ensino em Cabo Verde vai exigir que se façam um investimento adicional em vários sectores da vida do país: formação de quadros, produção bibliográfica, criação ou ampliação dos tempos na comunicação social para que o ensino especial inclusivo possa ter o seu espaço, abertura de concursos especiais, aquisição de determinados materiais didácticos, entre outros. Esses são todos os sectores onde o governo, com um programa e política educativa bem definidos, vai ter que injectar mais dinheiro, o que leva a um aumento avultado do Orçamento Geral do Estado, pois todas as indicações são no sentido da educação especial conseguir adquirir, em Cabo Verde, os privilégios que conserva noutras paragens.

Nesta perspectiva, não haverá uma redução do espaço do ensino regular, mas sim uma combinação entre este tipo tradicional de ensino, e o ensino especial, permitindo que os professores do ensino regular e da educação especial trabalhem ombro a ombro.

Como aconselham os investigadores da área, na educação, qualquer medida que visa alteração do sistema educativo deve ser planeada, accionando todos os prós e contras no sentido de reunir dados fiáveis que garantem que a medida tem condições de ter sucesso. Por isso, deve ser precedida de um estudo prévio, com um calendário objectivo, mas sem pressão, dando a aqueles que for encarregues de fazer tal estudo margem para que possam sentir à-vontade, o que lhes pode ajudar na elaboração de um trabalho sério e consistente que é recomendado nos estudos do género.

Mesmo assim e independentemente da colaboração internacional, entendemos que a escassez dos recursos financeiros não deve ser motivo para negar aos alunos com NEE o investimento a que têm direito.

Contudo, há uma outra barreira importante a ser ultrapassada: a informação/mentalização da sociedade cabo-verdiana no seu todo da importância e da necessidade de implementar a Educação Inclusiva no Sistema de Ensino Local.

Esse é um trabalho que, se for feito com a ajuda de todos os meios de comunicação social do país e agentes culturais, vai prestigiar o ensino ministrado em Cabo Verde, o que constitui um elemento importante para possibilitar o sucesso dos alunos com NEE Cabo Verde.

3.7.-O Prestígio da educação inclusiva.

Uma das condições essenciais para que um modelo de ensino tenha sucesso dentro de um determinado sistema educativo é o prestígio que ela conserva particularmente junto dos alunos e de toda a sociedade onde se veicula. Esse prestígio é intrínseco a vários factores: a importância da educação inclusiva no dia-a-dia das comunidades educativas, o seu uso na comunicação social, os documentos escritos e sobre essa modalidade de ensino, a forma como é usada pelo poder, a relação do seu uso no exterior, peso económico, e a importância reconhecida da cultura que representa.

Entretanto, factores históricos, políticos e culturais têm um peso muito significativo na imagem que a educação preserva. Neste sentido, no caso da implementação do ensino inclusivo em Cabo Verde, infelizmente, não se pode contar com o benefício da história do país.

Um elemento a ter conta para que a Educação Inclusiva ganhe prestígio no país é a forma como é encarada pelo poder político e intelectuais do país onde veicula. Embora esteja dependente do estatuto que tem no

país, o seu uso, está ligada à sua standardização, facilita a relação entre esses e a sociedade em geral e encoraja os menos esclarecidos na necessidade de atribuir à educação inclusiva o prestígio a nível de atendimento educativo de alunos com NEE que, no caso de Cabo Verde, se encontra muito débil.

Todavia, há um trabalho árduo a fazer que deve ser preparado em conjunto com todos os elementos considerados instrumentos privilegiados na promoção de uma modalidade educativa.

3.8.-Papel da Educação Especial.

Entende-se por ensino especial todo o processo educativo que atende às inúmeras diferenças na sala de aula e espaço envolvente à escola (seja interno ou externo), sem discriminar estes alunos (com deficiências ou incapacidades de carácter prolongado ou não). O acompanhamento do professor de apoio não só é fundamental para estes alunos como também para o desenvolvimento global da (s) escola (s). Neste contexto, as funções do Professor de Apoio Educativo (PAE) deverão ser:

- Atendimento aos alunos com Necessidades educativas (NEE) de carácter permanente ou prolongado. A intervenção estende-se, num plano inferior, à intervenção em outras áreas de incapacidades menos graves sempre que a disponibilidade e competência do PAE o permita. Como plano de intervenção entende-se:
- Sensibilizar a comunidade educativa para os direitos que os jovens com NEE têm ao frequentar o ensino regular;
- Contactar regularmente os Encarregados de

Educação para mantê-los informados acerca do processo ensino aprendizagem dos seus educandos e ao mesmo tempo recolher informação relevante de forma a facilitar e cativar a sua participação;

- Elaborar os Planos Educativos Individuais dos alunos com NEE em colaboração com os DT, CT, EE, SPO e/ou outros elementos responsáveis pela sua elaboração;
- Colaborar com os Professores do ensino regular na elaboração de eventuais programas especiais (PE);
- Colaborar com os Professores do ensino regular na organização e apreciação do trabalho a desenvolver com os alunos;
- Participar nos Conselhos de Turma para examinar e ajudar a planificar o trabalho a desenvolver com os alunos com NEE;
- Colaborar com os Órgãos de Gestão e Coordenação Pedagógica das Escolas, na gestão dos recursos e sua adequação às necessidades específicas dos alunos com NEE.

Para que todo este processo progrida de forma positiva é imprescindível que o PAE promova um trabalho de equipa, junto do corpo docente, professores de apoio, técnicos especializados, familiares, colegas (alunos). Só assim se consegue perspectivar um programa de intervenção multidimensional e ao mesmo tempo individualizado, com a finalidade de conduzir estes alunos com NEE ao sucesso escolar. Para estes jovens a igualdade de oportunidades de acesso à educação é um direito elementar.

Nos últimos anos, têm se constatado, embora mais ao nível internacional que nacional, publicações de investigações que abordam este tema. Todas elas

apontam os benefícios que daí podem advir, não só ao nível pessoal como da sociedade no geral. Tolerância, compreensão, aceitação à diferença e contacto com o mundo real são termos relacionados com a inclusão, possibilitando o sentido de oportunidade a estes jovens.

Nas escolas a intervenção é feita a estes jovens o mais cedo possível sendo dirigida não só por conteúdos académicos (sejam adaptados ou não) mas também trabalhados e direccionados para competências sociais, autonomia, orientações vocacionais.

4.-Metodología.

4.1.-Estudo Quantitativo.

4.1.1.-Resumo do Estudo e Hipóteses.

Os aspectos teóricos e empíricos apresentados na revisão bibliográfica colocam em evidência a existência de vários factores justificativos da pertinência da implementação da Educação Inclusiva nos sistemas educativos que carecem deste modelo de atendimento. De entre estes, factores envolvimentoais como as Necessidades Educativas Especiais, o currículo, a integração e a Educação Especial surgem com grande destaque a este nível. Dado que estes contextos constituem os principais cenários de inclusão, é natural que funcionam também com factores de risco ou de protecção para o desenvolvimento dos comportamentos de risco educacional.

Dos vários contextos acima mencionados a Educação Especial e atenção a diversidades surgem com um papel fundamental na inclusão da criança com N.E.E. nas escolas e classes regulares (Correia, 1997). Os especialistas da educação especial e os materiais didácticos associados a eles têm influência primordial na inclusão das crianças com N.E.E., nomeadamente ao nível do processo de aquisição de aprendizagem, da saúde e do bem-estar. A educação especial pode assim funcionar em várias modalidades, na promoção do sucesso académico de todos os alunos, inclusive aqueles portadores de N.E.E. severas. Factores como avaliação precoce das N.E.E., currículo diversificado em função das necessidades educativas, bom suporte afectivo, uma boa supervisão e uma boa comunicação entre pais e filhos parecem constituir alguns dos elementos da promoção da educação inclusiva e, conseqüentemente, de um bom ajustamento ao nível das diferentes áreas de vida dos portadores de N.E.E. Os amigos apresentam uma importância especial na

fase escolar dos indivíduos com determinadas necessidades educativas. Com os amigos partilham-se sentimentos, identidades e interesses comuns. Os amigos surgem assim como um elemento fundamental para o bem-estar e conseqüente ajustamento global do adolescente. Os indivíduos mais felizes são os que estão mais integrados socialmente, isto é, têm amigos e facilidade de comunicação com estes (King e tal., 1996).

A literatura mostra também que nos últimos 10 anos tem vindo a ganhar força uma filosofia da inclusão e dos significados a ela associados em inúmeras partes do mundo (UNESCO, 1996). O facto de o termo inclusão ter sido consignado em vários documentos importantes sobre política internacional cria uma oportunidade sem precedentes para a melhoria da vida das pessoas com deficiências.

Apesar de ter causado tantas discussões como consenso, a noção da educação inclusiva serviu, no campo da educação especial, para colocar a ênfase nas questões de qualidades e resultados como nunca antes havia sido feito (Tilstone, Florian & Rose, 2003)

A literatura mostra também que nos últimos anos, um crescente sentimento de injustiça a respeito da ideia de uma escola especial segregada para tais alunos conduziu a uma série de apelos para a existência de um maior número de oportunidades educacionais inclusiva, considerando-as uma questão de direitos humanos e igualdades de oportunidades.

Até a data, o esforço para diminuir o número de alunos com necessidades especiais excluídos das escolas regulares caracteriza-se, por um lado, pela tentativa de integrar as crianças das escolas especiais nas escolas e turmas regulares através do fornecimento de uma série de meios condicente a fazer que as crianças com necessidades educativas especiais fazem parte do seu

dia-adia na escola com pares mais ou menos da sua idade cronológica (Lewis, 1995). Por outro lado, e mais recentemente, a tendência é para melhorar a capacidade das escolas regulares no sentido de responderem assertivamente à diversidade dos seus alunos (Hopkins, 1996).

Os aspectos que se acabaram de mencionar constituíram os elementos - base para o desenvolvimento de um elemento explicativo das lacunas existentes no âmbito do atendimento educativo para alunos com NEE no sistema educativo de Cabo Verde, e conseqüentemente a pertinência da implementação do modelo de educação inclusiva neste sistema de ensino, que se pretende analisar no âmbito deste trabalho.

A identificação das lacunas no âmbito do atendimento educativo a alunos com NEE, tem como intuito propor um modelo de atendimento educativo que supera essas lacunas e possibilita a inclusão desses alunos. De acordo com este modelo, os principais contextos inclusivos e as relações estabelecidas no seu âmbito têm impacto a nível de percepções individuais de bem-estar e de satisfação com a escola, que por sua vez apresentam impacto sobre o processo de aquisição de aprendizagem escolar. Assim espera-se o seguinte:

- - A idade dos professores adequa-se ao um projecto que implica as inovações pretendidas? (Hipótese 1);
- - Os professores, mais concretamente a formação dos professores adequa-se ao atendimento educativo de alunos com NEE (Hipótese 1);
- - Existe um desfasamento nos professores do EBI a nível de sexo que limita a preferência dos alunos e respectivos encarregados de educação? (Hipótese 2);
- - A prevalência no âmbito das NEE justifica a

implementação da educação especial inclusivo, em Cabo Verde (Hipótese 3);

- - A Orientação vocacional versus profissional dos professores é favorável a difícil tarefa de atender os alunos com dificuldades no processo de aquisição de aprendizagens? (Hipótese 4);
- - Os docentes têm experiência no âmbito do atendimento educativo de alunos com NEE? (Hipótese 5);
- - A família, mais concretamente a atitude dos pais apresenta um impacto favorável a inclusão dos educandos com NEE (Hipótese 6);
- - Os professores não beneficiam da colaboração de profissionais da educação especial no âmbito do processo ensino - aprendizagem de alunos com NEE (Hipótese 7);
- - Os professores apresentem um impacto negativo ao nível das estratégias utilizadas para envolver os pais dos alunos de condições especiais (Hipótese 8);
- - As entidades competentes na área de educação de Cabo Verde, não apresentam um impacto favorável a Inclusão dos alunos com NEE nas escolas e classes regulares (Hipótese 9);
- - O ensino básico proporciona um impacto positivo ao nível da inclusão dos alunos com NEE (Hipótese 10);
- - As barreiras e carências comprometem a inclusão dos alunos com NEE (Hipótese 11);
- - Os direitos dos alunos de condições especiais não são devidamente reconhecidos no sistema educativo de Cabo Verde (Hipótese 12);
- - Existe uma modalidade de escolarização que

apresente um impacto positivo ao nível da inclusão de alunos com NEE (Hipótese 13);

- - Os benefícios que o modelo inclusivo pode trazer são pertinentes para a sua adopção (Hipótese 14);

4.1.2.-Objectivos.

O acesso as escolas e classes regulares para todas as crianças independentemente das suas desvantagens deficiências e handicap's, bem como uma educação diversificada em função das características individuais que divergem de criança para criança constituem aspectos relevantes para todas as crianças portadoras de NEE, venham a ser jovens e adultos ajustados socialmente e com capacidade de alcançar o sucesso a nível pessoal, familiar e profissional.

Vários estudos recentes, efectuados nesta linha de raciocínio, nomeadamente Correia (1999), Nielsen (1997) entre outros, salientam os benefícios (diminuição do insucesso escolar, promoção da saúde, prevenção de comportamentos anti-sociais entre outros, diminuição de encargos financeiros) que o modelo inclusivo possibilita as crianças portadoras de NEE, respectivos familiares bem como a sociedade em geral.

Posto isto, propomos desenvolver os seguintes objectivos:

Objectivo geral

- Um dos Estudos (o Quantitativo), tem como objectivo geral, constatar lacunas, barreiras e carências no âmbito do atendimento educativo aos alunos portadores de NEE nas escolas e classes regulares do Sistema de Ensino de Cabo Verde. Por outro lado, o outro estudo (o Qualitativo) pretende demonstrar a necessidade da implementação de um novo modelo de educação no

nosso Sistema de Ensino, em detrimento do modelo de educação homogêneo vigente, que por sinal, despreza as características individuais dos alunos portadores de NEE, funcionando como uma autêntica alavanca de exclusão, insucesso e abandono escolar, uma verdadeira fábrica de indivíduos marginalizados, não especializados e/ou desempregados, com grandes probabilidades de virem a ser vítimas de comportamentos antissociais, Madeleine Will, 1986 (Secretaria de Estado para a Educação Especial do Departamento de Educação dos EUA), citado em Correia (1999).

Objectivos secundários

- 1 - Determinar, os principais problemas vivenciados pelos alunos com NEE, nas escolas e classes regulares;
- 2 - Verificar / analisar a forma como foi feita a integração destes alunos no referido Sistema Educativo;
- 3 - Identificar as adaptações efectuadas em benefício destes jovens, nas classes regulares;
- 4 - Identificar as adaptações curriculares efectuadas nas classes regulares em função das Necessidades Educativas destes alunos de condições especiais;
- 5 - Apurar a qualidade de vida atingida por estes alunos com NEE.
- 6 - Averiguar o grau de autonomia versus dependência em relação ao envolvimento parental, na educação dos alunos com NEE;

4.2.-Estudo Qualitativo.

4.2.1.-Resumo do Estudo e Questões de Investigação.

Dados da investigação, vieram desvendar a existência de inúmeros determinantes educacionais distribuídos por vários níveis, nomeadamente, individual, familiar, escolar e comunitário), cujos conhecimentos são cruciais para que se possa realizar uma intervenção adequada na prevenção, dos comportamentos anti-sociais que afectam a nossa comunidade. Tendo em conta que os comportamentos de risco têm padrões similares de desenvolvimento, é possível utilizar acções preventivas e programas de tratamento similares.

Por outro lado, os especialistas desta linha de raciocínio consideram que tão importante como o conhecimento dos factores e processos de risco é o conhecimento dos factores e processos de protecção. Dada a dificuldade em modificar ou eliminar determinados factores de risco, a perspectiva da promoção de factores de protecção surge como uma alternativa ou meio complementar para a prevenção dos comportamentos de risco.

O primeiro estudo demonstrou a existência de alguns factores e processos aliados a problemática em estudo, bem como algum desfasamento entre as necessidades educativas das crianças e a formação dos professores o que infelizmente favorece o insucesso/abandono escolar. Contudo dadas as limitações inerentes a um modelo, que deve primar por ser parcimonioso, tornase importante um aprofundamento destes aspectos, para uma melhor compreensão da intensificação dos comportamentos de risco pós abandono escolar.

O objectivo deste estudo qualitativo é dar sequência e aprofundar os aspectos acima mencionados. Para se conseguir este objectivo, optou-se pela metodologia dos “grupos focais”, que consiste em entrevistas

colectivas realizadas com o objectivo de recolher e debater diferentes opiniões sobre um determinado tema (Wolf, 2000), citados em Simões, 2007). Assim e perante o referencial que se acabou de expor, pretende-se com este estudo, atingir os seguintes objectivos:

4.2.2. Objectivos.

Objectivos Gerais

- Conhecer as percepções dos jovens, que determinam o ajustamento social versus comportamentos anti-sociais;

Objectivos Principais

I- Conhecer as percepções dos jovens em relação aos factores de risco para a entrada e manutenção dos comportamentos, consumo de tabaco, consumo de álcool, consumo de drogas ilícitas e delinquência, a nível individual, familiar, interpessoal, escolar e comunitário;

II - Conhecer as percepções dos jovens em relação aos factores de protecção para a entrada e manutenção dos comportamentos, consumo de tabaco, consumo de álcool, consumo de drogas ilícitas e delinquência, a nível individual, familiar, interpessoal, escolar e comunitário;

III- Conhecer as convergências e divergências dos tipos de comportamentos de risco em estudo, quer em termos de risco, quer em termos de protecção;

IV-Conhecer as convergências e divergências dos tipos de comportamentos de risco em estudo, em termos de género, idade e percurso de desajustamento social;

Objectivos Secundários

1 - Determinar, os principais problemas vivenciados pelos Jovens vítimas do insucesso versus abandono escolar;

2 - Verificar / analisar a forma como é desencadeada a exclusão na nossa sociedade;

3 - Identificar as causas das adaptações comportamentais efectuadas por estes jovens, na nossa comunidade;

4 - Averiguar que factores pessoais estão na origem dos comportamentos de risco. 5 - Apurar os factores protectores a nível dos comportamentos de risco.

4.3. Selecção do problema.

O objecto fundamental do estudo consiste na necessidade de conhecer as opiniões de diversos indivíduos vítimas dos mais variados comportamentos anti-sociais (indisciplina escolar, abuso de substâncias

GRUPO 1 e 2 - Adolescentes com comportamentos de risco dentro dos estabelecimentos escolares	8 Raparigas e 8 rapazes com idade compreendida entre os 11 e os 16 anos
GRUPO 3 e 4 - Adolescentes e jovens com comportamentos anti-sociais no pós abandono	8 Rapazes e 8 raparigas com idade compreendida entre os 14 e os 20 anos

psico-activas, delinquência, violência, prostituição, sem abrigo etc.), acerca dos factores que desencadeiam esta complexa problemática.

4.4.-Seleccção, determinação, composição e tamanho dos grupos focais.

Seleccionamos uma amostra de adolescentes e jovens que adoptaram diferentes comportamentos de risco educacionais / anti-sociais, e tivemos conta que a opinião de um indivíduo considerado na amostragem é relevante apenas se for validado pelo respectivo grupo.

Participaram neste estudo 32 sujeitos de ambos os géneros, com idades compreendidas entre os 11 e os 19 anos. Estes sujeitos integram 4 “grupos focais” com uma média de 8 sujeitos em cada grupo. Cada grupo abrangia sujeitos com diferentes características ao nível do género, idade e percurso de desajustamento social. Assim a constituição dos 2 grupos participantes.

4.5.-Descrição dos grupos constituídos

As características dos sujeitos que participaram nas discussões de grupo, divergem entre os dois grupos da seguinte forma: os dois primeiros grupos foram constituídos por 8 rapazes e 8 raparigas, dos mais indisciplinados que frequentam as escolas secundárias do Conselho; o segundo grupo tem a mesma constituição a nível de número e género mas desta feita, optamos por adolescentes e jovens com comportamentos anti-sociais sendo que um dos quais constituídos por jovens detidos em instituições prisionais, e outros constituído por jovens em situação de abandono familiar (jovens de rua/na rua ou que optaram pela prostituição).

4.6.-Recolha de dados.

Segue-se um resumo esquemático das formas de recolha de dados e para que servirão os dados. Estes

assuntos serão desenvolvidos com o devido pormenor em capítulos seguintes.

. Aquisição de dados

- Caracterização estatística do processo ensino aprendizagem relativamente à alunos com NEE, a partir do instrumento de recolha de dados (Questionário aos Professores do EBI) construídos de acordo com os objectivos deste estudo.

4.7.- Ferramenta para recolha de dados.

. Questionários

Como ferramenta para a recolha de dados optou-se por utilizar o questionário, a professores do EBI, para posteriormente proceder ao cruzamento dos dados recolhidos nos outros estudos (- Caracterização Estatística da população estudantil com insucesso escolar, provavelmente por conta das suas NEE, através de dados estatísticos fornecidos pelo Ministério de Educação ou pela sua Delegação em São Vicente; Estudo de Prevalência de alunos portadores de NEE, que frequenta a Escola Salesiana de Artes e Ofícios; Análise dos Dados a partir de um outro instrumento de recolha de dados construídos a partir dos objectivos deste estudo (Entrevista de Grupo Focal).

. Entrevista de Grupo Focal

O procedimento utilizado na recolha da amostra variou em função do meio ambiente onde os inquiridos se inserem. Em relação aos indivíduos provenientes das escolas secundárias, começou-se por estabelecer contactos com os encarregados de educação dos alunos que entretanto atendia nas escolas secundária em que trabalhei e na minha clínica privada. Os dados relativos ao grupo de adolescentes e jovens com

comportamentos anti-sociais em situação de pós abandono escolar, foram recolhidos na minha clínica privada. O contacto com os pais dos menores inquiridos realizou-se no sentido de se obter autorização para se efectuar o estudo bem. O contacto com os professores dos alunos foi realizado no sentido de obter a sua colaboração.

Após esta etapa, promoveu-se um encontro com os indivíduos seleccionados para participarem nos “grupos focais”. Os critérios para a selecção dos sujeitos com comportamentos anti-sociais incluíam para além da idade e do género, a possibilidade de experimentação ou o consumo ocasional ou regular de tabaco e/ou álcool e/ou drogas ilícitas, ou ainda da opção pela prostituição, delinquência, violência ou abandono do lar por iniciativa própria ou por influência de alguém muito próximo dos sujeitos (pais, amigos, colegas, irmãos, etc.). Nesta fase de selecção, os sujeitos eram informados do objectivo do estudo bem como do facto deste ser completamente anónimo. Os sujeitos que preenchiam os critérios de selecção e que voluntariamente afirmavam querer participar no estudo (até ao máximo de cinco sujeitos) eram seleccionados para o “grupo focal”. Após esta selecção, combinou-se com os sujeitos acerca da data e hora mais conveniente para a realização do grupo focal. Relativamente a cada um dos sujeitos menores, foi pedido autorização aos respectivos encarregados de educação, para a permissão da realização da entrevista que devia vir devidamente preenchido no dia do “grupo focal”.

Posteriormente foi enviado um ofício, onde para além dos objectivos do estudo estavam descritos os procedimentos e critérios para a selecção da amostra. Na sequência desta etapa de selecção foi marcado a data e a hora para a realização dos “grupos focais”.

O procedimento relativo a cada um dos grupos focais

foi idêntico para todos os grupos. Em cada um dos grupos participantes, a entrevista decorreu numa sala utilizada no momento apenas para esse fim. Conjuntamente com os participantes, dispôs-se em círculos sentados em cadeiras. Antes de se dar início à entrevista propriamente dita, eram novamente apresentados aos sujeitos os objectivos do “grupo focal”. Neste âmbito era salientado o facto de não existirem respostas certas ou erradas, na medida em que o que pretendia com este tipo de entrevista era um encontro com diferentes opiniões e pontos de vista sobre os factores aliados ao insucesso/abandono escolar versus comportamentos anti-sociais. Neste momento, os sujeitos eram mais uma vez informados do facto da entrevista ser anónima.

Foi ainda pedido aos sujeitos autorização para a utilização de um gravador, referindo que a gravação apenas seria utilizada para descodificar a entrevista. Assim, para dar uma maior garantia aos sujeitos do anonimato, foi-lhes pedido que arranjassem um nome alternativo (por exemplo outro nome pessoal, nome de uma personalidade conhecida, nome de objecto) através do qual seriam identificados no decorrer da entrevista. No sentido de garantir que os sujeitos não falassem em simultâneo durante a discussão, foi introduzida uma pequena mascote que deveria ser solicitada quando se pretendia falar, de modo a que apenas o sujeito que tinha a mascote na mão pudesse falar. Após estas explicações iniciava-se a sessão com um jogo de apresentação e com uma questão sobre a ocupação dos tempos livres com o objectivo de “quebrar o gelo” e facilitar a discussão. No decurso do “grupo focal”, introduziu-se vários pontos cuja sequência é apresentada mais à frente, a serem debatidos pelo grupo e promovia a sua discussão.

A duração dos “grupos focais” situou-se entre os sessenta e os noventa minutos. No final da entrevista

foi dado aos sujeitos uma brochura sobre o consumo do tabaco, do álcool e de drogas ilícitas.

Com base nas gravações obtidas em cada um dos “grupos focais”, foram organizadas categorias de análise, e procedeu-se a transcrição das partes da discussão consideradas mais significativas.

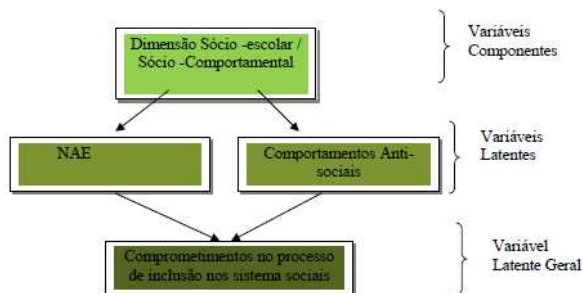
O quadro que se segue, explica de forma mais detalhada, as dimensões, as populações alvo e os respectivos instrumentos implicados nos dois estudos.

Variáveis. Relações entre Variáveis

Quadro.- Distribuição das dimensões, das populações alvo e dos respectivos instrumentos implicados no estudo.

DIMENSÕES/ VARIÁVEIS	POPULAÇÕES/ AMOSTRAGEM	INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS
<p>Caracterização da população:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Número de indivíduos matriculados no EBI a nível nacional. - Número de indivíduos retidos nos respectivos anos do EBI a nível nacional. - Número de indivíduos com NEE, que frequentam a escola Salesiana de Artes e Ofícios, a nível do EBI (caracterização por tipologia de NEE, sala e ano de escolaridade); <p>Formação dos professores do EBI a nível nacional (caracterização por níveis de formação)</p> <p>Dimensões sócio - escolar</p> <ul style="list-style-type: none"> - Funcionamento a nível do processo de ensino aprendizagem Interação social; - Qualidade no âmbito do atendimento educativo a alunos com NEE; (caracterização por idade, sexo, formação, vocação, experiência com alunos portadores de NEE, opiniões no âmbito do atendimento educativo aos alunos com NEE no país. <p>Dimensão Sócio - Comportamental</p> <p>Funcionamento ao nível dos comportamentos de risco versus protecção dos jovens em situação de risco educacional ou pós abandono escolar</p>	<p>Alunos que frequentaram o EBI a nível nacional</p> <p>Alunos retidos nos respectivos anos do EBI a nível nacional</p> <p>Alunos portadores de NEE que frequentam o EBI da Escola Salesiana de Artes e Ofícios</p> <p>Professores que desempenham funções no EBI e respectivas formações, a nível nacional</p> <p>Professores do EBI que exercem as suas funções em São Vicente;</p> <p>Jovens em risco de abandono ou que abandonaram a escola</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estatística dos alunos que frequentaram o EBI a nível nacional segundo dados do Ministério da Educação - Estatística dos alunos que ficaram retidos no EBI segundo dados do Ministério da Educação - Estatística do estudo de prevalência dos alunos com NEE efectuado pelo autor na Escola Salesiana de Artes e Ofícios - Estatística dos que trabalham no EBI e respectivas formações segundo dados do Ministério da Educação - Questionário aos professores - Entrevista de Grupo Focal aos Jovens

A relação horizontal e vertical entre as variáveis estudadas neste trabalho pode ser esquematizada da seguinte forma



4.8.-Forma de análise de dados.

Para analisar os dados recolhidos, nestes dois últimos instrumentos (Questionários e Entrevistas) utilizaremos os sistemas de análise resumidos no quadro que se segue:

INSTRUMENTO	SISTEMA DE ANÁLISE DE DADOS
Questionário aos Professores do EBI	Análise estatística com auxílio do programa Informático SPSS.
Entrevista de Grupo Focal aos Jovens com Comportamentos Anti-sociais	Análise de Conteúdo a nível da discussão dos objectos propostos no seio dos Grupos Focais

Quadro– Sistema de Análise dos dados


Amostragem

Qualquer investigação empírica pressupõe uma recolha de dados. Os dados são informação na forma de observações, ou medidas, dos valores de uma ou mais variáveis normalmente fornecidos por um conjunto de identidades.

Em ciências sociais é vulgar designarmos estas entidades por «casos». Neste contexto, pretende-se caracterizar a população, estabelecer os critérios de selecção e determinar a amostra e seu tamanho para, posteriormente, passar à colheita de dados no terreno.

No Esquema que se segue ilustra-se os passos utilizados na elaboração do plano amostral:

Etapas da elaboração do processo amostral:

- i. Delineação da **população alvo** para o qual se pretende generalizar os resultados.
 - ii. Delimitação da **população acessível**, dado não se ter acesso à **população alvo inteira**. (Estabelecimento da porção da população que é acessível ao investigador.)
 - iii. Especificação de todos os **critérios de selecção**. (Estes têm de ser determinados com precaução em função das características dos sujeitos.)
 - iv. Definição do **plano de amostragem** para precisar o tipo de amostragem pretendida e de como esta é constituída.
 - v. Estabelecimento do **tamanho da amostra**, tendo em conta os vários aspectos implicados neste processo.
- 

Quadro – Etapas da elaboração do processo Amostral

Os dois estudos efectuados no âmbito desta investigação pretenderam abranger professores do EBI que trabalham em Cabo Verde e, jovens com comportamentos de risco educacionais/sociais, respectivamente.

5.-Discussão.

Os resultados obtidos neste estudo salientaram o facto dos jovens terem identificado inúmeros factores de risco/protectores em relação a educação, ao consumo de substâncias e à delinquência.

Alguns dos factores avançados, foram referidos como factores de risco ou protecção para qualquer um dos comportamentos em estudo enquanto outros foram referidos como específicos ou mais significativos para determinados comportamentos. Assim foi possível encontrar ao longo da discussão com os jovens os princípios da equifinalidade, na medida em que foram apontadas diversas causas para os diversos comportamentos em estudo, bem como o princípio da multifinalidade, dado que um mesmo factor foi apontado como responsável para os diversos tipos de comportamentos de risco (Igra & Irwin, 1996; Thornberry e tal., 2001), citado em Simões 2007.

Por outro lado, foi possível verificar que na globalidade, os factores individuais e familiares constituíram o grupo de factores que mais se destacou, quer ao nível de risco, quer ao nível da protecção, e os escolares como segundo grupo neste âmbito. Por último surgiram os factores comunitários que, quer a nível de factores de risco, quer a nível de factores de protecção, constituíram os grupos que menos contribuíram para a discussão.

Importa salientar ainda que, através da “entrevista de Grupo Focal”, os jovens avançaram diversos factores de risco e de protecção que podem estar presentes nos seus contextos de vida significativos. Alguns dos factores avançados foram referidos como factores de risco ou de protecção para qualquer um dos comportamentos em estudo, enquanto que outros foram referidos como específicos ou mais significativos para determinados comportamentos.

A ideia central deste estudo foi sempre o de investigar os comportamentos que estão na origem do desencadeamento dos comportamentos de risco a nível geral. Todavia, não se pode estudar os comportamentos de risco sem mencionar os protectores, na medida em que estes últimos são fundamentais para prevenir os primeiros que acaba por ser um dos principais objectivos finais de todos os estudos nesta linha de raciocínio.

Posto isto, achamos que é de extrema importância enumerar os seguintes factores protectores, a nível geral, abordados pelos jovens no âmbito das entrevistas de “Grupo Focal”:

Abordagem dos temas no contexto escolar; Existência de regras escolares que restringissem o consumo de substâncias neste contexto; A existência de pouco tempo livre na escola; Abordagem de temas relacionados com os comportamentos de risco nas aulas, ou através de sessões de informação ou debates; Ir às aulas e estudar; Frequentar um centro educativo; Escutar bons conselhos dos pais, vizinhos, professores e os outros funcionários da escola; Ter amigos não consumidores e/ou não delinquentes ou que não estimulam o consumo / delinquência; Ter determinados amigos (mais velhos); Apoio dos amigos; Acção Social, Palestras e Campanhas que desmotivam os comportamentos de risco em estudo; Importa referir ainda que, Nos debates estabelecidos com os jovens foi possível encontrar algumas diferenças entre os grupos de rapazes e os grupos de raparigas. Em relação aos factores Individuais, mais concretamente ao nível dos factores de risco, foi possível verificar que a expectativa de divertimento foi mais referida em grupos de raparigas, enquanto a expectativa de uma imagem positiva através do consumo de drogas ilícitas e delinquência foi apenas referida por rapazes. Em relação a esta última questão verificou-se que algumas

afirmações dos jovens do género masculino parecem ir ao encontro da Ideologia da masculinidade (Pleck., 1994).

Afirmações como "mostrar que são MAUS", "fumar para dar nas vistas", "ser melhor para as raparigas", denotam um Conjunto de crenças que vão ao encontro das concepções tradicionais de masculinidade, como referem os autores anteriormente mencionados, nomeadamente o envolvimento no consumo de substâncias, agressões e actividade sexual.

Finalmente, a nível dos escalões etários, jovens mais novos e jovens mais velhos, se verificaram diferenças nos dados obtidos:

- Os jovens mais novos referem mais frequentemente a questão da expectativa de obtenção de um estatuto adulto através da adopção de determinados comportamentos de risco, e também a influência de modelos adultos nos comportamentos de risco.

- Por outro lado, os jovens mais velhos que referem a percepção de baixo risco, como factor desencadeante dos comportamentos em estudo. São ainda os jovens mais velhos que mais frequentemente referem os tempos livres como factor de risco para os comportamentos em estudo, possivelmente pelo facto de passarem mais tempo livre com os amigos e eventualmente com uma menor supervisão dos pais, realçando a utilidade do estudo de Li *et al.* (2000), citado em Simões (2007), que refere que a supervisão diminui com a idade.

6.-Conclusões e Implicações.

Neste trabalho procurou-se, por um lado, demonstrar a ineficácia do modelo de atendimento educativo homogéneo vigente no sistema de ensino, bem como a respectiva contribuição no aumento da exclusão sócio escolar. Por outro lado teve como intuito demonstrar a pertinência da implementação do modelo inclusivo nas sociedades actuais, com especial realce para a comunidade cabo-verdiana como forma de prevenir o abandono escolar, uma autêntica fábrica de comportamentos anti-sociais.

Nesta perspectiva, convém salientar que, a implementação do Modelo de Educação inclusiva no Sistema de Ensino cabo-verdiano é uma medida dispendiosa e extremamente complexa, que deve envolver todos os actores da nossa comunidade educativa, sendo impossível de se implementar a curto prazo, mas inevitável a médio longo/prazo.

Para atender os Objectivos preconizados, apoiamo-nos num conjunto de informações qualitativas e quantitativas obtidas através de Observação Participante relativo aos alunos com NEE, bem como de um Questionário relativo a opinião dos professores a cerca da problemática que envolve o aluno de Condições Especiais.

Pelos resultados obtidos, constatou-se que a Educação Especial, mais concretamente a Educação Especial Inclusiva, estão fora do alcance de Cabo Verde, na medida em que a constatação de ausência de especialistas da área, entre muitas outras carências, por exemplo, é um facto que inviabiliza qualquer tentativa de implementação do Ensino Especial no Sistema de Ensino de Cabo Verde.

Também através dos resultados obtidos da investigação efectuada, pode concluir-se que, o facto

de Cabo Verde ser signatários de algumas conferências e organismos internacionais, como é o caso da *Declaração Mundial de Educação para Todos*, por si só, não basta às garantias educacionais, previstas na lei e recomendações nacionais e internacionais, que somente ocorrerão se o governo de Cabo Verde, os respectivos educadores, alunos, pais e comunidade em geral unir esforços na luta pela consolidação do direito a uma escola de qualidade para todos. Essa perspectiva, negativa, de implementação da Educação Inclusiva em Cabo Verde, acabará por implicar o atendimento adequado as diversidades dos alunos, independentemente de ser Portadores de NEE ou não, nas respectivas Classes Regulares, o que faz com que os currículos sejam alterados em função das necessidades específicas dessa população, pelo que, está relacionado com os seguintes aspectos:

- A educação de massas, que não considera as diferenças, desvantagens, deficiências ou handicaps, implantada no nosso sistema de ensino desde a época colonial, criou nos filhos das ilhas uma imagem denegrada do aluno com dificuldades no processo de aquisição de aprendizagem escolar, o que, até este momento, pesa na sua credibilidade interna;
- A diversidade de necessidades educativas que atinge os alunos de Cabo Verde varia em função do tempo, idade, sexo, nível sócio - cultural, espaço geográfico e contexto que vivem;
- O grau da investigação e a importância do ensino especial nas relações com o exterior, a possibilidade de prego e a quantidade de publicações na área;
- A inexistência de uma norma de ensino que seria o suporte de todas as actividades académicas no âmbito da Educação Especial, no país.

Mediante a situação em que encontramos a nível de Educação Especial, que já foi referida anteriormente, o ensino especial, pelo menos para já, não pode ser integrado no ensino cabo-verdiano, dificultando desta forma a adopção do Modelo Inclusivo.

Na prática, o nosso sistema educativo predomina ainda uma educação de massas, praticamente sem dar nenhuma atenção especial, as diferenças e necessidades de cada um, como se todos os alunos fossem iguais: os professores continuam a ser formados para ensinar alunos ajustados socialmente e sem qualquer tipo de problemas de aprendizagens, handicaps ou desvantagem. Isto é desde a emergência do ensino em Cabo Verde não se trocou praticamente nada, a nível do Ensino Especial, embora os livros sejam mais coloridos e o meio envolvente melhor. Reproduzimos a prática que aprendemos. Os nossos professores não estão habilitados para trabalhar com grupos heterogéneos.

Este obstáculo poderá, como já foi referido atrás, ser ultrapassado através de um projecto científico sério, com intuito de solicitar parcerias que possibilitem financiamento, para sustentabilizar o ensino especial em Cabo Verde.

A nível global, o Modelo Inclusivo constitui alvo de todos os sistemas educativos comprometidos com o culto da verdade e da excelência.

Todavia a sua implementação num determinado sistema de ensino, implica uma complexa campanha de sensibilização e consciencialização, no sentido de incluir todas as pessoas excluídas da vida social e da compreensão dos direitos das pessoas de Condições Especiais à cidadania plena.

Considerando-se que, a prática da proposta inclusiva se constitui num processo contínuo, há, ainda, uma

longa caminhada para que as escolas se tornem, realmente, boas para todos. Mais que atender às necessidades básicas de aprendizagem, precisamos remover as barreiras para a aprendizagem.

Nesta sequência, a inclusão social deverá consistir numa adaptação dos sistemas sociais com o intuito de incluir, pessoas com necessidades especiais num processo no qual os indivíduos excluídos, por um lado, e a sociedades por outro buscam em parceria efectivarem a igualdade de circunstâncias, e de oportunidades para todos.

Espera-se que este trabalho venha a permitir uma melhor compreensão das tarefas envolvidas no desenvolvimento geral das crianças e adolescente e que, por esse facto, venham a permitir que a intervenção sócio - educativo, profissional, psicológica e médica tenha mais sucesso.

Neste capítulo são ainda apresentadas as conclusões de cada um dos estudos, bem como as suas limitações, e as convergências e divergências entre ambos. Por último, há lugar para as propostas de trabalho futuro e apresentam-se recomendações para a prática no âmbito da prevenção / promoção da saúde.

7.-Convergências e Divergências entre Estudos

Os resultados obtidos nos dois estudos confirmam a ideia de que os factores que originam comportamentos que desencadeiam a exclusão surgem normalmente a partir de problemas de âmbito familiar que na sequência repercutem a nível sócio - escolar, acabando por intensificar no após abandono. Em ambos os estudos, por um lado, se encontram factores de ordem pessoal e social que influênciam a ocorrência dos comportamentos anti-sociais. Por outro lado, existem factores determinantes comuns e factores determinantes específicos, ou, pelo menos, com um impacto diferenciado, para os diversos comportamentos em estudo. Deste modo, ambos os estudos parecem convergir para a ideia de que os factores de risco devem ser analisados precocemente e em simultâneo, mas não agregados num construto do tipo “comportamentos - problema”, pois só assim parece possível a compreensão dos factores aliados a cada um dos comportamentos, bem como as influências estes exercem entre si.

Em relação aos factores que provokessem comportamentos anti-sociais e desencadeiam a exclusão sócio - escolar, os dois estudos convergem no sentido de mostrar que o atendimento educativo precoce inadequado parece ser um dos mais importantes preditores directos da exclusão sócio escolar e dos comportamentos anti-sociais.

Apesar de os estudos convergirem em vários pontos, foi também possível verificar a existência

de algumas divergências que estarão relacionadas com os comportamentos que desencadeiam a exclusão. Verificou-se que no estudo qualitativo surgem no pós abandono escolar, pelo que é possível preveni-los através de um atendimento educativo adequado, enquanto no estudo quantitativo apontou-se os

problemas de âmbito familiar como causas dos comportamentos em estudo. Parece assim que este aspecto necessita de uma análise mais aprofundada, no sentido de perceberem as diferenças encontradas.

8.-Recomendações

As limitações mais pertinentes que deparamos ao longo do estudo são a carência de bibliografias, e inexistência de teses publicadas na área da Educação Inclusiva em Cabo Verde.

O facto da Educação Especial não se encontrar integrado nas classes regulares de Cabo Verde, excepto casos pontuais, implica a ausência de profissionais da Educação Especial, é outro aspecto que dificultaram o desenrolar da investigação. Isto significa que, em Cabo Verde, a implementação do Ensino Inclusivo depara-se com algumas dificuldades, ou porque as entidades competentes não tomaram consciência dos benefícios que este modelo de educação pode trazer para determinados alunos e respectivas famílias, ou não lhes reconhece os direitos a cidadania, ou então porque simplesmente a realização do acto implica um estudo aprofundado que acaba por sugerir determinados recursos, muitos dos quais não estão ainda ao alcance do país.

Estas dificuldades condicionaram a escolha da população inquirida nesta investigação, ao invés de profissionais da Educação Especial, que praticamente não existem, optamos por inquirir professores que, felizmente são em parte psicólogos, psicopedagogos, pais/encarregados de educação etc.

Nesta perspectiva, a opinião da população inquirida não é a melhor possível, na medida em que na sua grande maioria não se trata de especialistas da área, o que ainda, não permite que os resultados obtidos sejam plenamente representativos, embora dominam a maior parte dos conceitos integrados nas questões.

Para colmatar esta lacuna, recomenda-se a necessidade de criar condições para formar especialistas da área da Educação Especial, de modo a

possibilitar a construção de uma amostra composta por especialistas e assim conferir-lhe plena representatividade.

Barañano, (2004), as inferências feitas com base num estudo por amostragem só são válidas para a população que serviu de base a selecção da amostra. Portanto, no caso de definição de amostras a partir da população inquirida, os resultados do inquérito por amostragem só serão extrapoláveis a esta população, e não ao universo total. De facto, relativamente ao questionário, por motivos de morosidade e indisponibilidade financeira o estudo limitou-se a contemplar apenas o conselho de São Vicente, o que significa que, a este nível a opinião de Barañano é válida.

Uma outra limitação do estudo reside no facto de não existir estudos de prevalência e de incidência dos casos de NEE que atingem os alunos locais, facto que dificultou-nos a nível da recolha de informações preliminares. Recomenda-se, assim que estes estudos sejam feitos, na medida em que implementar um modelo de educação assertivo, pressupõe conhecer as necessidades educativas da população discente entre outros aspectos.

Posto isto, pelos motivos acima referidos, não foi possível realizar um estudo com os níveis de confiança que pretendíamos, muito embora, na nossa opinião, atingimos um nível satisfatório neste âmbito.

9.-Proposta de Trabalho Futuro.

Este trabalho procura aprofundar o conhecimento ao nível do nível de factores que desencadeiam a exclusão. Com este trabalho, pensa-se ter conseguido mais algumas respostas para a clarificação dos processos aliados a estes comportamentos, mas, como seria de esperar muitas questões continuam em aberto. Parece assim importante fazer algumas sugestões em termos de trabalho futuro neste âmbito.

Na nossa opinião o modelo proposto neste estudo se revelou adequado para a análise dos comportamentos de risco para a inclusão em estudo, pelo que, parece importante investir em alguns aspectos no sentido de o tornar mais robusto, nomeadamente no alargamento da amostra, das variáveis e de indicadores dos factores incluídos no modelo, bem como alargar a aplicação deste modelo a outros grupos, nomeadamente os grupos obtidos através da classificação de sujeitos realizados neste estudo.

Esta análise seria importante no sentido de verificar a adequabilidade do modelo, bem como a sua capacidade preditiva em grupos organizados por variáveis psicológicas e comportamentais.

Por último, salienta-se a importância do desenvolvimento de um estudo longitudinal neste âmbito com o intuito de estabelecer relações causa - efeito. Actualmente, encontra-se na literatura internacional vários estudos longitudinais nas áreas da saúde e do comportamento.

Contudo em, Cabo Verde, este tipo de estudo parece ser inexistente, na medida em são escassos ou, em alguns casos, limitado no tempo em Portugal, o nosso país de referência. Isto significa que seria bastante

interessante o desenvolvimento de um estudo longitudinal em Cabo Verde, orientado no sentido de seguir os sujeitos desde os primeiros anos de vida até a vida adulta, com o objectivo de pesquisar os factores e processos determinantes de diferentes percursos de vida, que culminam no comprometimento da inclusão.

10.-Implicações no âmbito da Prevenção de Comportamentos que Comprometem a Inclusão.

Os estudos realizados demonstraram a ocorrência de vários factores de risco que interagem através de possíveis relações de mediação ou moderação, e que têm como resultado um maior ou menor envolvimento da população infanto-juvenil em comportamentos que determinam a exclusão sócio - escolar.

Perante este cenário, existe de facto a necessidade de uma intervenção precoce que promova os factores de inclusão e que seja delineada para vários factores alvos (Simões, 2000).

A necessidade de uma intervenção precoce é consubstanciada em vários estudos, na medida em que, os comportamentos anti-sociais, acentuam-se com a idade. Também os resultados dos estudos incluídos neste trabalho reafirmam. Para além deste aspecto, um outro factor que reforça esta posição é a verificação de que o comportamento anterior constitui um dos principais factores determinantes do comportamento futuro, e de que os factores de risco educacionais comportamentos de risco constitui um dos principais factores de risco para o ajustamento e inclusão nos outros sistemas sociais.

Nesta perspectiva, a promoção de factores de protecção, deverá constituir a essência da prevenção. Para esta concepção actual de prevenção, contribui sem dúvida o conceito de inclusão e resiliência e a investigação em torno destas, que privilegiou a procura de factores e processos de protecção. E esta procura tem demonstrado, e os estudos incluídos neste trabalho confirmam, que, a protecção, tal como o risco, se situa em diversos contextos.

A nível escolar os jovens referem questões como a importância das regras, do tempo livre, a falta de

informação, a influência de pares e de adultos no contexto escolar. Estes dados levam a propor medidas mais concretas, como por exemplo: a participação activa dos alunos na definição, implementação e controlo das regras da escola; a promoção de actividades, de âmbito recreativo, desportivo, social, cultural ou artístico, em articulação com a comunidade, com o objectivo quer de ocupar os tempos livres quer de preencher algumas das funções utilitárias dos comportamentos de risco (como, por exemplo, a descontração, o divertimento, a aquisição de uma imagem positiva, neste caso através da valorização de outras capacidades); a implementação de acções curriculares e extracurriculares, que visem a promoção de competências pessoais e sociais e, simultaneamente, a passagem de informação sobre os comportamentos de risco socioeducativo e suas consequências (quer devido a falta de conhecimentos de alguns jovens, quer devido à existência de concepções incorrectas); implicar os pares neste tipo de acções, dado constituírem elementos fundamentais na vida dos adolescentes, nomeadamente em termos de modelos comportamentais; e formar os professores, para participar neste tipo de acções com o intuito de promover a inclusão e constituir elementos de referência neste contexto, dado o importante impacto na satisfação do aluno em relação a escola.

Ao longo deste trabalho, de uma forma geral a população infanto-juvenil encontra-se em época de mudanças, de descobertas, de incertezas e de desafios num mundo que se pode considerar de brincadeiras que nem sempre são as mais adequadas, pelo que carece de supervisão adequada, especialmente na adolescência. Muitos jovens ultrapassam esta etapa sem problemas relevantes, outros nem por isso, possivelmente por conta dos riscos com que se defrontam e/ou carência de recursos essenciais. Perante o facto de que muitas vezes estes riscos são

extremamente difíceis e por vezes mesmo impossíveis de mudar, torna-se fundamental canalizar energias para a promoção de factores de protecção internos e externos.

Promover deste cedo competências pessoais e sociais, quer nos jovens quer nas suas famílias, e activar os recursos comunitários, humanos e institucionais, pode fazer toda a diferença na vida dos indivíduos, dado este agrupamento - chave de factores constituir um dos principais determinantes da resiliência e do bem-estar dos adolescentes.

Bibliografía.

Ajuriaguerra, J.; Stucki, J-D., (1972). Developmental Disorders of the Body Schema, in Vinker, P. J., Bruyn, G. W. (Eds.), *Handbook of Clinical Neurology*, Amsterdam, North Holland Publishing Co.

Aquino, J. (1998). *Diferenças e Preconceitos na Escola*, Alternativa, Teoria e Prática. São Paulo: Summus.

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Martins Fontes.

Bautista, R. (1997). *Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa: Dina Livro.

Beltrán, J. et al., (1984). *Psicología de la educación*. Compostela, Eudema.

Bernardini et al. (2002). *Transição da escola para o emprego*. Denmark, European Agency for Development in Special Needs Education.

Castro, A. V. (2003). *Resiliência*. Lisboa, Revista XIS Ideias para Pensar, n.º 238 – Jornal público (27 de Dezembro 2003).

Cizek, G., (1993). Some Thoughts on Educational Testing: Measurement Policy Issues into the Next Millennium. *Educational Measurement: Issues and Practice*, Fall, 10-16; ed. – Brasília: CORDE, 1997.

Correia, L. M. (1999): *O Papel da Escola na Transição para a Vida Activa de Alunos com NEE*. *Sonhar* 2-3 Set./Abr1999, 201 (artigo n.º: 3474).

Correia, L. M. (2007). *Alunos com NEE nas classes regulares*: Colecção Educação Especial, Porto Editora, LDA.

Costa, A. (1998). *Exclusões Sociais*. Lisboa, Edições Gradiva.

Cyrulnik, B.(1993). *O Nascimento do Sentido*, Lisboa, Epigenese e Desenvolvimento, 1991;id, Boris, Mória de Macaco e Palavras de Hom, Lisboa, Instituto Piaget.

Ery, H.; Saunders, N.; Dann, R. & Murphy, R. (1989). *Topics in Assessment*. London: Longman.

Fernades, D. (1993). *Avaliação na Escola Básica Obrigatória: Fundamentos para uma Mudança de Práticas*. I.I.E.

Fernades, D. (1994). A Avaliação das Aprendizagens: das Prioridades de Investigação e de Formação às práticas nas Salas – de - aula. *Revista de Educação*, 8, 15-20.

Germano, A. (2003). *Cabo Verde, viagem pela história das ilhas*: Ilhéu Editora (Cabo Verde).

Guba, E. & Lincoln, Y. (1981). *Effective Evaluation*. San Francisco: Jossey-Bass.

Simoese, M. (2007), *Comportamentos de Risco na Adolescência*: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia.

SOUSA, A (2005), *Investigação Educação*. Livros Horizonte.

Stainback, S. & Stainback, W. (1999). *Inclusão. Um guia para educadores*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Visca, J. (1987). *Clínica psicopedagógica: a Epistologia Convergente*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

Werneck C. (1997). *Ninguém mais vai ser bonzinho, na Sociedade Inclusiva*. Rio de Janeiro: WVA.